



Redações

Turma 111

Faculdade de Medicina

Universidade de São Paulo



Sumário

1. Redações.....	4
1.1. Redações Fuvest.....	4
1.1.1. Nota 50 – Ingressante AC	4
1.1.2. Nota 48,5 – Ingressante AC.....	5
1.1.3. Nota 48,5 – Ingressante AC.....	6
1.1.4. Nota 48 – Ingressante AC	7
1.1.5. Nota 47 – Ingressante AC	8
1.1.6. Nota 47 – Ingressante EP-L3.....	9
1.1.7. Nota 47 – Ingressante AC	10
1.1.8. Nota 46,5 – Ingressante PPI-L4	11
1.1.9. Nota 46,5 – Ingressante EP-L3.....	11
1.1.10. Nota 46,5 – Ingressante AC.....	12
1.1.11. Nota 46,5 – Ingressante EP-L3	13
1.1.12. Nota 46,5 – Ingressante AC.....	14
1.1.13. Nota 46,5 – Ingressante EP-L3	15
1.1.14. Nota 46,5 – Ingressante AC.....	16
1.1.15. Nota 46 – Ingressante AC	17
1.1.16. Nota 45 – Ingressante EP-L3.....	18
1.1.17. Nota 45 – Ingressante AC	19
1.1.18. Nota 45 – Ingressante PPI-L4.....	20
1.1.19. Nota 45 – Ingressante EP-L3.....	21
1.1.20. Nota 44,5 – Ingressante AC.....	22
1.1.21. Nota 43 – Ingressante PPI-L4.....	23
1.1.22. Nota 43 – Ingressante AC	24
1.1.23. Nota 43 – Ingressante AC	25
1.1.24. Nota 43 – Ingressante AC	26
1.1.25. Nota 43 – Ingressante AC	27
1.1.26. Nota 43 – Ingressante AC	28
1.1.27. Nota 42 – Ingressante EP-L3.....	29
1.1.28. Nota 41,5 – Ingressante AC.....	30
1.1.29. Nota 41 – Ingressante EP-L3.....	31
1.1.30. Nota 41 – Ingressante EP-L3.....	32
1.1.31. Nota 40 – Ingressante EP-L3.....	32
1.1.32. Nota 40 – Ingressante EP-L3.....	33

1.1.33. Nota 40 – Ingressante AC	34
1.1.34. Nota 40 – Ingressante AC	35
1.1.35. Nota 39 – Ingressante AC	36
1.1.36. Nota 37 – Ingressante PPI-L4.....	37
1.1.37. Nota 36,5 – Ingressante EP-L3.....	38
1.1.38. Nota 34,5 – Ingressante AC.....	39
1.1.39. Nota 33 – Ingressante EP-L3.....	40
1.1.40. Nota 32 – Ingressante PPI-L4.....	41
1.2. Redações ENEM	42
1.2.1. Nota 980 – Ingressante EP-L1.....	42
1.2.2. Nota 980 – Ingressante AC.....	42
1.2.3. Nota 980 – Ingressante AC.....	43
1.2.4. Nota 980 – Ingressante AC.....	44
1.2.5. Nota 960 – Ingressante EP-L1.....	45
1.2.6. Nota 960 – Ingressante EP-L1.....	46
1.2.7. Nota 940 – Ingressante AC.....	47
1.2.8. Nota 940 – Ingressante AC.....	48
1.2.9. Nota 880 – Ingressante PPI-L2.....	49

Este documento foi produzido de forma independente pelos estudantes de medicina da FMUSP (Turma 111) e não possui nenhum vínculo institucional com a Faculdade. Além disso, todas as informações sobre os vestibulares contidas na cartilha são referentes aos editais do ano passado. Logo, é de extrema importância a leitura dos editais do ano vigente para eventuais mudanças. Nenhuma informação contida nesta cartilha substitui as informações oficiais do site da Fuvest.

1. Redações

A seguir, encontram-se algumas das redações que foram disponibilizadas pelos ingressantes da Turma 111.

1.1. Redações Fuvest

1.1.1. Nota 50 – Ingressante AC

Entre clima e capital

Vivemos no Antropoceno, recente era geológica criada a partir dos efeitos dos exponenciais impactos naturais causados pela intervenção antrópica: o homem, moldado pelo imediatismo e pelo ensimesmamento advindos do capitalismo neoliberal, quase como um vício neurológico, precisa, cada vez mais de alienar-se no seu consumo-droga. Assim, sob o efeito alucinógeno do comprar, já não interessa o que ocorre ao seu redor e nem de onde veio sua mais nova aquisição – se sua origem é ecológica, de uma produção agroflorestal sustentável, ou se é predatória, da exploração de menores e da redução, por exemplo, de paisagens, como a mineira Serra do Curral, a pó pouco importa, afinal, a real diferença consiste no preço. E é exatamente nesse cenário de autodegradação e de agressão do meio que se constrói a chocante crise ambiental contemporânea, a qual desencadeia, em um contexto de assimetrias de poder, a questão dos refugiados climáticos, potencializada pela vulnerabilidade social, invisibilizada pela indiferença coletiva.

De fato, em um sistema cujo funcionamento é asfixiado pelo postulado do dinheiro, é conveniente, para as elites dominantes mascarar tudo aquilo que pode por em cheque seus tão doces privilégios. Por isso, sob uma ótica marxiana, a invalidação da atual situação de catástrofe é um excelente “ópio do povo”. A partir da disseminação de “fake news” em um mundo de pós-verdade e do anticientificismo, desastres como os alagamentos avassaladores de Petrópolis em 2022 e a elevação dos níveis dos oceanos, devido ao derretimento de geleiras, são menosprezados e tidos como “comuns”, pois são parte dos “naturais” eventos do clima. Dessa forma, o êxodo de refugiados gerado por essas circunstâncias, apesar de ser maior que o de guerras e conflitos, é ocultado e diminuído, pois ter consciência dessa situação é ter prova concreta de que a ordem vigente é instável e, sadicamente, suicida. Logo, há um projeto político intencional de cegueira para com esses deslocados sobreviventes – tal alteridade desafia o “status quo”.

Ademais, nessa sociedade sedada pelo mantra “consumo, logo existo”, cria-se uma aceitação passiva dessa estrutura e desse tráfico (ou tráfico) humano, o qual, como grande parte das problemáticas sustentadas pelo capital, atinge especialmente os mais pobres. Isso ocorre porque, em áreas vulneráveis ambientalmente, aquelas que possuem melhores condições econômicas podem investir em tecnologias para retardar a necessidade de fuga. Porém, naquelas frágeis socioeconomicamente, como a África subsaariana e o Sul asiático, isso não é possível: ainda em processo de recuperação após o brutal espólio imperialista europeu, a expansão da desertificação e das inundações são fenômenos contra os quais é difícil resistir. Como conseguinte, sem acesso a condições básicas como água e com produtividade alimentícia comprometida, resta o escape desumanizante e injusto. E, então,

nessa lógica, o indivíduo comum, sujeito político, por causa de seu compulsivo relacionamento com o possuir, verbo esse que gera aceitação e exibicionismo social, prefere fechar-se narcisicamente em si e blindar-se a essas absurdidades. Analogamente à descrição precisa de Drummond em seu poema “Inocentes do Leblon”, a expansão do deserto do Saara é irrelevante, assim como as brutalidades que ela provoca, pois o aquecimento global gera um calor agradável e um sol raiente, perfeito para seus ingênuos “stories” do Instagram: a vida do outro pouco importa.

Portanto, é visível como o império do lucro e do consumo, causadores da trágica condição climática global, sob as mãos dos poderosos, mascaram a crise dos refugiados ambientais, vítimas desse esquema abusivo. Além disso, a vulnerabilidade social desses sujeitos catalisa e amplifica essa espantosa situação, a qual é ignorada pelo cidadão comum – para ele, a letargia psicotrópica do consumismo é mais prazerosa.

1.1.2. Nota 48,5 – Interessante AC

Refugiados ambientais: entre o neoliberalismo e a perda de identidade

O cofundador da ONG Greenpeace afirma que “inteligência é a habilidade das espécies para viver em harmonia com a natureza.” Nesse sentido, diante da destruição da natureza em curso, verifica-se que, apesar de nos definirmos como uma espécie inteligente, não agimos como tal. Por conseguinte, os efeitos disso têm prejudicado a nossa própria espécie: com mais desastres naturais decorrentes do aquecimento global, mais indivíduos têm que se deslocar para sobreviver. Dessa forma, em uma sociedade neoliberal, os interesses econômicos são priorizados em detrimento da saúde do planeta, o que leva ao aumento do número de refugiados ambientais. Nesse cenário, pessoas já marginalizadas tornam-se ainda mais vulneráveis, correndo o risco de perder suas identidades.

Em uma lógica neoliberal, a obtenção de lucro é colocada acima da proteção da natureza, intensificando o deslocamento de indivíduos por desastres naturais. Isso porque, no sistema capitalista, o acúmulo de capital é o objetivo central na sociedade. Diante disso, tudo aquilo que permite esse acúmulo é visto como necessário e perdoável. Justifica-se, assim, a exploração desmedida dos recursos naturais, como o desmatamento intenso, o alto uso de fertilizantes e milhares de cabeça de gado em fazendas. Os gases emitidos por essas atividades, porém, intensificam o aquecimento global, que, por sua vez, aumenta os casos de desastres naturais, como alagamentos e ciclones. É nesse cenário que comunidades do Leste Asiático e do Pacífico passam a buscar refúgio em outros países, devido às enchentes e à previsão de que as ilhas em que vivem desaparecerão com o aumento do nível do mar. Assim, com a priorização do lucro em detrimento da natureza, mais indivíduos correm o risco de se tornarem refugiados ambientais.

Intensifica-se, assim, a vulnerabilidade de povos já marginalizados, que podem até perder suas identidades. Isso porque as comunidades fragilizadas por falta, principalmente, de recursos financeiros não têm alternativas para lidar com desastres naturais a não ser sair de onde vivem. Ao se deslocarem para outras regiões, não encontram, contudo, o acolhimento necessário para que tenha, qualidade de vida, o que pode ser visto no caso de outros tipos de refugiados, como os mexicanos nos Estados Unidos. Nesse contexto, os povos

deslocados, na tentativa de serem melhores acolhidos, podem renunciar suas identidades. Em Minas Gerais, por exemplo, após o rompimento da barragem em Mariana, os moradores que se deslocavam tentavam desvincular sua imagem de Mariana para não serem chamados de “Marilama”. Dessa forma, com o aumento de desastres naturais, populações marginalizadas ficam ainda mais vulneráveis e perdem sua identidade associada à terra da qual se originaram.

Portanto, em uma sociedade pautada pelo capitalismo, as consequências da destruição da natureza causam o aumento do número de refugiados, que ficam vulneráveis mesmo após se deslocarem. Diante disso, pode-se afirmar que, se temos inteligência, não a estamos usando.

1.1.3. Nota 48,5 – Ingressante AC

O filme “2012” retrata um cenário distópico em que, com a iminente extinção da vida na Terra pela ação antrópica, criam-se barcos de acesso exclusivo à elite financeira para garantir sua sobrevivência. Apesar de ficcional, a obra oferece uma crítica contundente à situação ambiental e social contemporâneas. Nesse sentido, é possível analisar de que forma o sistema econômico vigente incentiva o uso desmedido de recursos naturais e como as populações de baixa renda são mais suscetíveis a mudanças climáticas decorrentes disso.

Dentro da lógica capitalista hodierna, o ser humano explora descontroladamente a natureza, o que impacta o clima. A partir da busca incessante por lucro imediato cultivada no neoliberalismo, lideranças políticas e industriais degradam o meio-ambiente de maneira desmedida, no desejo de instrumentalizá-lo na conquista de poder econômico. tal valorização do capital está por trás, por exemplo, da prospecção de petróleo e da criação de pastos para agropecuária, ações que geram a intensificação do efeito estufa e o consequente aquecimento global, permitindo a ocorrência de fenômenos climáticos extremos. Nesse contexto, indivíduos se deslocam para abandonar regiões de risco, buscando “barcos” para escapar de um destino trágico. Dessa forma, a falta de pensamento a longo prazo neoliberal afeta o equilíbrio ambiental e faz crescer o número de pessoas ansiosas para se salvar, enquanto as embarcações de sobrevivência são limitadas.

Em meio à crise humanitária, refugiados ambientais vivem uma realidade de vulnerabilidade social, endossada pela lógica social de dominância. Na contemporaneidade, a elite social e econômica é composta por caucasianos ricos, que são responsáveis, na política, por tomar decisões em nome do corpo social, o que leva à priorização de seus interesses. por isso, aqueles que fogem desse padrão têm suas necessidades colocadas em segundo plano e vivem em um quadro de maior perigo. As populações do sertão nordestino brasileiro, da África Subsaariana e do Sudeste Asiático são os maiores exemplos de indivíduos que, fugindo do clima extremo, não têm condições financeiras ou sociais para comprar suas passagens para a salvação. Assim, a classe dominante da sociedade determina aqueles com maior chance de sobreviver ao colapso do clima.

Portanto, é evidente a relação entre o capitalismo e a degradação ambiental, que gera crises climáticas e humanitárias. Além disso, a ordem social vigente coloca os refugiados em uma situação vulnerável, que os impede de acessar os barcos para seu êxito.

1.1.4. Nota 48 – Ingressante AC

Os refugiados ambientais no mundo da ganância.

A crise de refugiados é um problema contemporâneo de extrema importância que está em evidência no mundo globalizado. No entanto, a principal causa desse fenômeno é também a menos abordada: os desastres naturais. Estes, por sua vez, são responsáveis pelo deslocamento de grandes contingentes populacionais vindos de países pobres, devido, principalmente, à vulnerabilidade social encontrada neles, assim como são intensificados pelas mudanças climáticas advindas das atividades agropecuárias, a partir da lógica egoísta do capitalismo, merecendo mais atenção da sociedade.

A princípio, é necessário salientar que os refugiados ambientais saem majoritariamente de países pobres. A ocorrência de desastres naturais não é um fator único e suficiente para que haja o êxodo das áreas de catástrofe, dado que, em países desenvolvidos, como o Japão, há recursos para que se evitem grandes desastres e que se reerga o país em casos mais graves. Logo, a falta de infraestrutura para o recebimento de fenômenos naturais devastadores – isto é, a existência de moradias precárias, a ausência de hospitais de qualidade e a carência de planejamento governamental – está diretamente ligada ao maior número de refugiados ambientais vindos de regiões pobres, tais como países da África Subsaariana e do Leste Asiático. A referida precariedade, entretanto, não possui raízes recentes; pelo contrário, é devida, em grande parte, à intensa exploração europeia sobre esses continentes e ao longo período de estabelecimento destas nações nas regiões citadas, assim como à posterior falta de auxílio à recuperação dos países que conquistariam sua independência. Dessa forma, países que estiveram por séculos sob domínio estrangeiro encontram-se, hoje, sem recursos naturais e financeiros suficientes, o que inviabiliza uma boa infraestrutura para a região lidar com os fenômenos oriundos das mudanças climáticas, gerando vulnerabilidade social e êxodo local.

Ademais, a partir de uma análise crítica da sociedade contemporânea, verifica-se que o sistema econômico predominante no mundo, o capitalismo, é o principal responsável pela existência de refugiados ambientais na atualidade. Segundo a lógica neoliberal vigente, a promoção do lucro na sociedade é fundamental, embora, para que seja alcançado, sejam também necessários alguns sacrifícios à sociedade, como a degradação do meio ambiente e a geração de desigualdades. Nesse sentido, atividades como o agronegócio ganham destaque, uma vez que têm sido responsáveis pelas mudanças climáticas – pela liberação de gases do efeito estufa mediante desmatamentos e queimadas – e pela perpetuação de divergências sociais e econômicas entre regiões – pelo intenso enriquecimento de alguns países em detrimento de outros. Desse modo, constata-se a criação de uma cegueira social pelo capitalismo na sociedade, visto que tal sistema econômico leva os indivíduos a ignorarem as consequências de suas escolhas sobre o corpo social em favor do ganho próprio, possibilitando o agravamento das mudanças climáticas e das disparidades financeiras entre nações, o que potencializa os danos de catástrofes naturais em países vulneráveis e perpetua a existência de refugiados ambientais na contemporaneidade.

Em suma, a vulnerabilidade social encontrada em países pobres é devida à histórica exploração deles por países europeus e pela hodierna falta de sensibilização provocada pelo

capitalismo, permitindo que desastres naturais sejam intensificados por meio das mudanças climáticas provocadas, em grande parte, pelo agronegócio, o que gerará, cada vez mais, refugiados ambientais.

1.1.5. Nota 47 – Ingressante AC

Refugiados ambientais: a problemática que se esconde do senso comum

A sociedade, em geral, acredita que as reais consequências dos problemas ambientais causados pelo ser humano só passarão a nos atingir em um futuro longínquo. Por enquanto, para muitos, esses danos se restringem a filmes de ficção científica de sociedades distópicas. Porém, ao contrário do senso comum, o aquecimento global já tem feito grandes estragos no meio ambiente, forçando centenas de milhares de pessoas, os chamados refugiados ambientais, a se deslocarem de sua terra natal em direção a locais com melhores condições de vida. A problemática desses refugiados, no entanto, se dá de maneira desigual, deixando os países pobres mais vulneráveis. Além disso, essas vítimas sofrem de uma vulnerabilidade social por sofrerem preconceitos e abusos em sua adaptação ao país receptor.

Estados Unidos, Rússia e China, por exemplo, lucram bilhões de dólares com a produção, refino e venda de petróleo, o qual, por meio de sua queima, lança toneladas de gases de efeito estufa à atmosfera. Longe dos lucros do comércio de combustíveis fósseis, países como a Micronésia, na Oceania, e povos da costa da América do Sul já sofrem com os males da elevação do nível do mar pelo aquecimento global sem poder fazer muita coisa. O problema disso é que cria-se um ciclo no qual as regiões mais pobres, as quais já não possuem recursos nem infraestrutura para mitigar os efeitos negativos do efeito estufa desenfrado, passam a ficar cada vez mais precarizadas, por meio da inundação de residências ou destruição de lavouras por secas, levando a sua população a ter o deslocamento como única opção possível. Enquanto isso, os países detentores de um maior capital como os EUA, por exemplo, saem do Acordo de Paris para não ter que diminuir a sua produção de CO₂ atmosférico, alegando, ironicamente, estarem sendo prejudicados por isso.

Ademais, esses refugiados ambientais sofrem com uma vulnerabilidade social, pois, muitas vezes, ao chegar no país de destino, não tem sua cultura respeitada e são alvos de abusos. Como se pode observar na Europa, por exemplo, existe uma tendência ao desrespeito aos refugiados. Partidos de extrema direita, como o de Marine Le Pen, angariam visibilidade política atribuindo a esses imigrantes a culpa por todos os problemas estruturais da sociedade europeia. Não à toa, inúmeros casos de violência nas ruas contra eles têm sido noticiados e protestos pedindo o seu apagamento cultural, como a possível proibição de burcas na França, têm ocorrido. Por conta disso, estabelece-se, cada vez mais, uma tensão social entre os que são forçados a sair de sua terra natal, com aqueles que os recebem, precarizando sua adaptação e tornando os refugiados vulneráveis.

Portanto, nota-se que, ao contrário do senso comum, problemas ambientais, como o aquecimento global, têm forçado milhares de pessoas a deixarem sua terra natal, os chamados refugiados ambientais. Entretanto, essa problemática tem atingido de maneira mais contundente os países mais pobres, além de criar, no país receptor, um ambiente hostil aos refugiados, causando uma grande vulnerabilidade social.

1.1.6. Nota 47 – Ingressante EP-L3

O incêndio da grande árvore do planeta Terra e seus refugiados

No filme “Avatar”, é retratado o planeta Pandora, onde vive uma raça alienígena chamada Na’vi. Essa tribo possui uma harmoniosa relação com a abundante natureza que a cerca, respeitando as outras criaturas que ali habitavam. Entretanto, humanos gananciosos, em busca de um mineral de alto valor comercial encontrado abaixo de toda a floresta, travam uma guerra contra os nativos e acabam destruindo a gigantesca árvore que servia de moradia para toda a espécie Na’vi. Não satisfeitos, alheios à cultura daquele povo, máquinas e aeronaves continuam perseguindo os refugiados, a fim de eliminar a tribo. Nesse sentido, assim como os humanos da ficção, o sistema capitalista promove a crise de refugiados ambientais do mundo contemporâneo. Além disso, esses indivíduos, vulneráveis, encontram preconceito no lugar em que chegam.

O capitalismo, enquanto máquina destrutiva, provoca o cenário caótico de deslocamentos forçados por fatores ambientais. Isso porque, quando esse sistema impera, o lucro passa a ser a principal meta que rege a dinâmica social, sendo utilizado para justificar ações antrópicas, por mais nocivas que sejam. Essa norma submete o meio ambiente aos seus fins lucrativos: para produzir mais energia, é necessário queimar mais combustíveis fósseis nas indústrias; para abrir mais campos para o Agronegócio, é necessário derrubar mais árvores na Amazônia. Diante desse cenário destrutivo, a harmonia do meio ambiente é comprometida e, assim, desastres ambientais, como alagamentos, terremotos e secas prolongadas, tornam-se recorrentes. Isso dificulta a vida dos indivíduos mais vulneráveis que habitam os locais afetados, obrigando-os a saírem de suas casas em busca de melhores condições de vida. Milhares de africanos, por exemplo, estão deixando suas casas nas proximidades do Saara, em razão do avanço da desertificação, provocada, principalmente, pelo Aquecimento Global – fenômeno ambiental ocasionado pela emissão de gases de efeito estufa promovida por indústrias que alimentam o capitalismo. Dessa forma, ao queimar as árvores-casas dos mais vulneráveis, o capitalismo instaura uma crise de refugiados ambientais.

Ademais, os migrantes climáticos, que sofriam com as condições ambientais no seu país de origem, agora enfrentam o preconceito no país em que tentam se estabelecer. Em uma sociedade marcada pelo individualismo, a visão de mundo de cada indivíduo é limitada por aquilo que reflete e favorece o grupo em que se está inserido. Com isso, os contrastes, ou seja, aquilo que é diferente, seja no aspecto cultural, étnico ou religioso, é subjugado e pensar além de si é praticamente impossível. O refugiado, então, que muitas das vezes adora outros deuses, canta outras canções e fala outro idioma, é visto como um invasor por aqueles que se restringem a si próprio e consideram o diferente como algo ruim, passível de violência, de xenofobia. É por esse motivo que, enquanto países europeus aceitavam imigrantes ucranianos – brancos e cristãos -, construíam muros que barravam a entrada de refugiados muçulmanos que fugiram de seus países por conta de desastres ambientais ou em razão de guerras. Desse modo, o refugiado continua sendo ameaçado de morte, de opressão.

A crise de refugiados, portanto, é promovida pela máquina destrutiva capitalista. Além disso, esses indivíduos vulneráveis que abandonam suas casas encontram, ainda mais,

opressão e preconceito por parte das pessoas ensimesmadas. Caso esses aspectos não sejam erradicados, a grande árvore do planeta Terra também será destruída.

1.1.7. Nota 47 – Ingressante AC

A Terra menos habitável: a destruição de sociedades e a migração humana

No filme “Wall-e”, da Pixar, o robô homônimo tem a função de tornar a Terra um lugar habitável novamente, visto que os humanos, em razão da alta destruição do meio-ambiente e das mudanças climáticas, já não tinham lugares viáveis para morar. Para além da ficção, é notável que a sociedade atual caminha em direção a assemelhar-se com o cenário do filme, haja vista as crescentes mudanças climáticas e os crescentes desastres naturais, que dificultam a sobrevivência do homem em certos territórios, tendo essa situação, como consequência, a formação de refugiados ambientais, pessoas em situação de vulnerabilidade social em razão da fuga de um lugar pouco habitável para outro mais estável. Dessa forma, é necessário entender os impactos do aquecimento global e da seca quanto à formação dos refugiados ambientais.

Em princípio, o aumento da temperatura terrestre, motivada, sobretudo, pela queima de combustíveis fósseis favorece a formação de refugiados ambientais. Sob esse viés, com o advento das revoluções industriais, muito se destruiu do meio-ambiente e muito se utilizou da energia proveniente da queima de carvão e de petróleo para se desenvolver, combustíveis esses que liberam dióxido de carbono, gás que retém raios infravermelhos de luz e que mantém o calor terrestre. Com a intensificação desse fenômeno que promove o aquecimento global, geleiras foram derretidas e o nível dos oceanos aumentou, favorecendo, assim, a imersão das ilhas do Pacífico em água. Tal cenário favorece a migração dos habitantes dessas ilhas, refugiados ambientais, para lugares mais estáveis climaticamente, entretanto, essas pessoas normalmente não falam a língua do local para o qual elas se deslocam, dificultando a integração na sociedade, e foscarem com a xenofobia, pois algumas pessoas afirmam que esses refugiados roubam os trabalhos que os nativos deveriam fazer, o que favorece a vulnerabilidade social desses refugiados, pessoas que lidam com o preconceito, a violência e a falta de dinheiro para sobreviverem. Assim, o aumento do nível dos oceanos, em razão do aquecimento global, gera refugiados ambientais, pessoas em vulnerabilidade social sobretudo em razão do preconceito e da dificuldade de integração delas na sociedade.

Ademais, a seca favorece a formação de refugiados ambientais. Nesse sentido, a seca é um fenômeno natural em que há escassez de chuvas em determinada região, promovendo morte por desidratação de diversas plantas e animais. Tal situação climática é experienciada por Fabiano e sua família no livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, em que o protagonista se vê obrigado a migrar de sua região, promovendo, assim, a perda de sua moradia, seu trabalho e seus animais. Fora da ficção, a situação do Fabiano é semelhante à de diversos brasileiros, que se vêem obrigados a migrar de suas terras e a se colocar em situação vulnerável socialmente para tentarem sobreviver. Logo, a seca como fenômeno climático cria “Fabianos”, refugiados ambientais que ficam em condição de vulnerabilidade social para sobreviverem.

Portanto, os refugiados ambientais da atualidade surgem em razão da intensificação do aquecimento global e da elevação do nível dos oceanos e em razão de fenômenos

climáticos como a seca, que cria “Fabianos” pelo mundo. Tais refugiados estão em constante vulnerabilidade social em decorrência do preconceito, da perda de moradia, da perda de moradia, da perda do trabalho e dinheiro e da difícil integração deles na sociedade. Dessa maneira, a humanidade deve trabalhar em conjunto para impedir que o cenário visto em “Wall-e” torne-se realidade.

1.1.8. Nota 46,5 – Ingressante PPI-L4

Distinção social e marginalização: a questão dos refugiados ambientais.

O quadro “Os Retirantes”, pintado por Cândido Portinari, é a representação gráfica dos efeitos da seca e da pobreza na vida de uma família de retirantes nordestinos. Essa pintura traz reflexões a respeito da relação entre as migrações por necessidades ambientais e financeiras e de que maneira a classe social influencia no grau do impacto sofrido pelos migrantes. Nesse sentido, os refugiados ambientais, independentemente do poder aquisitivo, encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Ainda assim, proporcionalmente à renda um grupo sofre mais do que o outro, sendo marginalizado dentro de uma dinâmica social excludente.

Inicialmente, é importante compreender que, tanto os ricos, quanto os pobres, estão sujeitos aos fenômenos e às catástrofes naturais e, assim como no ditado popular “o sol brilha para todos”, a seca, os vulcões e os ciclones não fazem distinção social alguma. Apesar de ambos serem afetados, os pobres -que já se encontram em situação de vulnerabilidade social- são duplamente golpeados, ficando à mercê da própria sorte. Com isso, a busca por melhores condições de vida em outra cidade, ou até mesmo em outro país, torna-se uma luta constante pela própria sobrevivência.

Sob essa perspectiva de impotência frente aos desastres naturais, era de se esperar que houvesse uma comoção social em torno das fragilidades dos refugiados ambientais, o que, na prática, não ocorre. Na verdade, o que se observa é a manutenção da marginalização desse grupo, exemplificada pelo conceito de “ciclos de poder”, proposto pelo sociólogo jamaicano Stuart Hall. Os ciclos de poder são mecanismos utilizados por grupos sociais que se julgam superiores aos outros, inferiorizando os indivíduos que não se encaixam no padrão, seja esse financeiro, racial ou até mesmo cultural. Como exemplo, têm-se os nordestinos que migram para o sudeste para fugir dos castigos da seca e da falta de oportunidade e, ao invés de encontrarem receptividade e empatia, acabam encontrando indiferença e sofrendo xenofobia dentro de seu próprio país.

Por fim, os refugiados ambientais, especialmente os mais pobres, devem ser vistos como um grupo de indivíduos que migrou, não por escolha, mas por necessidade, de modo que, assim como a pintura de Portinari causa impacto e comoção social, as fragilidades desses indivíduos sejam também visibilizadas.

1.1.9. Nota 46,5 – Ingressante EP-L3

“Aos vencidos, fuga ou morte”

Em “O Quinze”, Rachel de Queiroz narra a triste realidade de uma família cearense que é obrigada a fugir do sertão em direção à capital devido à seca que assolou o semiárido

nordestino no início do século XX. Analogamente, cresce o número de indivíduos que abandonam seus lares para escapar das consequências das mudanças climáticas. Assim, é lícito afirmar que a inconsequência capitalista promover desequilíbrio ambiental terrestre.

Inicialmente, o filósofo alemão Karl Marx afirmava que a necessidade de lucrar, denominada estrutura, regia todos os aspectos da relação do homem com o meio que o circunda, denominado superestrutura. De fato, a ambição cega do burguês contemporâneo é responsável por explorar os recursos naturais do planeta de forma desenfreada, com o intuito de possibilitar o desenvolvimento econômico. Prova disso são as Revoluções Industriais, as quais deram início ao consumo exacerbado de combustíveis fósseis e minérios, por exemplo. Consequentemente, a retirada de elementos da biosfera causa um desbalanço ecológico, cujos efeitos obrigam muitas pessoas a fugirem de seus locais de origem. Com efeito, no mundo capitalista, a natureza adquire caráter de mera possibilitado das vontades humanas, como idealizado por Francis Bacon, e os humanos, principalmente os que não têm recursos para contornar as adversidades do clima, são prejudicados.

Ademais, Karl Marx argumentava acerca da perda do caráter humano dos indivíduos explorados pela máquina capitalista, em um processo chamado "fetichismo". Nele, a individualidade é negada aos mais pobres, os quais são vistos como objetos sem valor para o sistema e, portanto, eles têm suas necessidades básicas ignoradas. Nessa perspectiva, tal pensamento marxista está presenteia realidade dos refugiados ambientais, já que estes, vítimas das consequências da destruição dos ecossistemas terrestres pelo capitalismo, são forçados a deixar seus lares, afetados pelas mudanças climáticas, e migrar para localidades com melhores condições, como aconteceu no desastre de Brumadinho. Logo, a máxima humanista – "Aos vencidos, ódio ou compaixão. Ao vencedor, as batatas" – pode ser usada para analisar esse cenário: os migrantes, vencidos, vivem uma situação de vulnerabilidade social e abandonam suas culturas e identidades, com o fito de promover a "obtenção das batatas", o lucro, pelos capitalistas vencedores.

À luz dessas considerações, as mudanças climáticas causadas pela ambição da burguesia contemporânea, analisada por Marx, moldam um cenário de desequilíbrio ambiental em escala planetária. Como consequência, muitos indivíduos fogem de seus locais de origem, visto que estes se tornam inabitáveis. Desse modo, histórias dos "vencidos", semelhantes à narrada por Rachel de Queiroz em "O Quinze", estão cada vez mais recorrentes na realidade.

1.1.10. Nota 46,5 – Ingressante AC

O progresso insustentável e indiferente a seus impactos

O quadro "Os Retirantes" de Portinari revela um grupo de sertanejos que fogem da situação de seca e miséria extremas do local de onde partem, em busca de melhores condições de vida. O aspecto de magreza dos retirantes evidencia de modo contundente a sua vulnerabilidade social, tendo em vista a carência inerente à condição daqueles que deixam o conhecido, sem perspectivas de futuro. A realidade dos sertanejos do quadro é a de milhares de pessoas no mundo contemporâneo, as quais compõem os chamados refugiados ambientais, ou seja, aqueles que se deslocam forçadamente por questões ambientais, como estiagem, terremotos, entre outros. Apesar dessa conjuntura preocupante,

a crise humanitária em questão é agravada pelo irrefreável progresso humano, cujos responsáveis se mostram indiferentes a suas consequências.

Primeiro, convém entender como o progresso humano corrobora a crise dos refugiados ambientais. Segundo a Escola de Frankfurt, o progresso dos seres humanos é considerado um objetivo máximo a ser atingido a qualquer custo, colocando em segundo plano reflexões éticas e os impactos ambientais derivados desse processo. Sob essa lógica, a postura exploratória antrópica sobre a natureza, o avanço do desmatamento e a queima expansiva de combustíveis fósseis são tidos como justificáveis em prol do desenvolvimento da humanidade, ainda que degradem o meio ambiente. Nesse sentido, a exploração dos recursos, a redução da cobertura vegetal, que ocorrem de modo irrefreável sobretudo pelas nações desenvolvidas, são responsáveis por catalisar mudanças climáticas em todo o globo, alterando o regime de chuva e intensificando fenômenos naturais, tais como percebe-se pelas ondas de calor na Europa e o avanço da desertificação na região do Sahel. Essas alterações são capazes de inviabilizar a subsistência de muitos povos, sobretudo daquelas que dependem diretamente da natureza para sustento, como alguns povos nômades em Darfur no Sudão, por exemplo. Logo, o progresso irrefletido contribui para essa crise humana.

Ademais, a situação de vulnerabilidade se agrava quando as nações responsáveis pelas causas das migrações se mostram indiferentes às suas consequências. Os desastres ambientais têm sua magnitude destrutiva dependente das condições socioeconômicas dos locais que atingem, já que regiões mais pobres e vulneráveis são mais afetadas em razão da carência de recursos para lidar com eles, o que resulta, por exemplo, na diferença significativa entre a quantidade de mortos e desabrigados em decorrência de um terremoto no Japão, um país desenvolvido, e o Haiti, subdesenvolvido. Todavia, apesar de serem os mais afetados pelas mudanças climáticas, tendo em vista esse aspecto, os refugiados climáticos oriundos de nações subdesenvolvidas, como o Haiti e países africanos, têm possibilidade de refúgio cada vez menor devido à crescente xenofobia e nacionalismo de governos de nações desenvolvidas. Esses governos se mostram cada vez mais intolerantes ao adotarem medidas protecionistas que dificultam o recebimento de refugiados, como é evidente na postura de Victor Órban na Hungria e de Marine Le Penn na França, o que agrava a situação de vulnerabilidade de refugiados ambientais, abandonados à própria sorte e desamparados. Assim as nações desenvolvidas mostram-se indiferentes à crise humanitária, da qual eles próprios são responsáveis.

Portanto, a crise humanitária dos refugiados ambientais é aprofundada frente ao progresso humano, que acaba por inviabilizar o sustento de muitos povos. A vulnerabilidade social desses refugiados é, ainda, piorada pela indiferença dos desenvolvidos.

1.1.11. Nota 46,5 – Ingressante EP-L3

A razão instrumental e o caos ambiental

Na obra "Terra Sonâmbulo" do autor Mia Couto, narra-se a estória do menino Muindinga e do velho Tuahir, em que aquele é resgatado por este de um campo de refugiados, num cenário de caos e calamidade devido à guerra civil que reinava em Moçambique. Nesse contexto, o livro aborda a trajetória de pessoas sem perspectivas, em que o presente é

recheado de atrocidades e carências e o futuro incerto, com o total apagamento do sonho e da esperança. Tal como no romance, no mundo hodierno milhares de indivíduos deslocam-se forçosamente em busca de abrigo e proteção, contudo por uma motivação diferente: são os refugiados ambientais, que migram principalmente por conta de desastres ambientais, sendo que tais acontecimentos têm aumentado sua frequência. Esse panorama sombrio e maléfico é viabilizado pela realidade econômica atual, fundada na busca irracional pelo lucro sem pensar nas consequências ambientais e sociais.

Na contemporaneidade, prevalece o imperativo da razão instrumental sobre as causas humanitárias urgentes, no qual as finanças são valorizadas em detrimento do ser humano e do meio ambiente. A razão instrumental, conceito formulado pelos filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer, diz que a razão iluminista, elaborada para libertar a humanidade da ignorância e da opressão, converteu-se num mero instrumento para a dominação, em que os meios tornam-se muito mais importantes do que os fins. Nesse sentido, a natureza foi transformada numa moeda troca, uma vez que há a mercantilização dos biomas terrestres e dos oceanos, vistos como potenciais meios para aumentar e acumular capital. Assim, o desmatamento, a emissão de gases do efeito estufa e a poluição foram naturalizados e vistos como indispensáveis para o progresso econômica.

Entretanto, tal modelo demonstra ser insustentável. Alastram-se pelo globo catástrofes ambientais, afetando sobretudo os mais vulneráveis do ponto de vista social. Nos próximos anos, o deslocamento populacional forçado por conta da falta de disponibilidade de água e da elevação do nível dos oceanos será uma triste realidade. Esse quadro dantesco remete à obra "Vidas Secas", do Graciliano Ramos. A narrativa mostra a situação de uma família de retirantes, que migram constantemente fugindo da seca nordestina e da repressão que caracteriza aquela sociedade. Sob tal viés, é notório no livro que tais condições desumanas é, sobretudo, resultado do abandono que estão sujeitos aqueles indivíduos, tal como os refugiados ambientais atuais, visto que esse contexto de pobreza é reforçado pelo caos ambiental.

Destarte, vive-se na atualidade um contexto catastrófico do ponto de vista ambiental e social. A extrema pobreza de alguns é amparada pela busca desenfreada por riqueza de outros, sendo que tal busca é responsável pela destruição do meio ambiente que aprofunda a situação para um estado alarmante, já que a miséria vai se ampliar com os constantes deslocamentos de refugiados. É preciso que haja uma mudança de mentalidade urgente para evitar o colapso.

1.1.12. Nota 46,5 – Ingressante AC

Refugiados ambientais: um reflexo da vulnerabilidade social

Na obra "Vidas Secas", Graciliano Ramos descreve os desafios diários enfrentados por uma família de retirantes do Sertão Nordeste. A narrativa, marcada por um trajeto circular entre os períodos de seca e os momentos de aparente bonança, é um retrato notável da realidade vivenciada pelos chamados refugiados ambientais. Tal conceito, por sua vez, pode ser definido como a situação de um indivíduo que é obrigado a abandonar o seu território de origem por um motivo de força maior, no caso, um desastre natural. Intensificada pela degradação ambiental promovida pela intransigente produção capitalista, que favorece uma minoria privilegiada, a

crise de refugiados ambientais revela o papel crítico da vulnerabilidade social sobre os fenômenos naturais, em contrapartida à falta de apoio oferecida à população afetada.

A priori, é evidente que o advento de tamanhos problemas ambientais se atribui, em grande parte, ao pretenso "progresso econômico" atrelado à exploração desenfreada dos recursos naturais, a qual resultou no cenário climático vigente. Com efeito, a concepção racionalista de que a natureza deve atuar como um mero instrumento para os desígnios humanos ainda sustenta, de certa forma, o modelo de produção atual. A saber, no ambiente rural brasileiro, a sobreposição dos interesses econômicos de poucos latifundiários à necessidade de preservação dos biomas corroborou a manutenção de práticas predatórias, como o uso de queimadas para a limpeza dos solos. Dessa maneira, a despeito dos impactos sobre o ecossistema, como a mudança no regime hídrico de certas áreas, que deixa desamparados aqueles que dependem diretamente da terra, o país ainda testemunha um cenário de negacionismo e retrocesso perante a questão ambiental.

A posteriori, a análise do problema dos refugiados ambientais apenas sob esse viés materialista impede uma reflexão mais precisa, afinal, os fenômenos naturais não somente geram a vulnerabilidade social, mas também são um reflexo dela. Por exemplo, pode-se observar a disparidade entre as consequências vivenciadas por nações desenvolvidas e emergentes ao se comparar os efeitos dos terremotos ocorridos no Haiti e no Japão. Este, país rico, foi capaz de se reconstruir rapidamente, enquanto aquele, que não dispunha da tecnologia e preparação da nação asiática, sente o legado deixado pela destruição até o momento. Além disso, apesar do compromisso de auxílio aos cidadãos afetados pelos desastres climáticos firmado no Acordo de Paris, as gestões nacionais não têm seu cumprimento como prioridade. Assim, é nítida a perpetuação da calamidade sofrida por esses grupos sem ajuda e representatividade.

Em suma, a questão dos refugiados ambientais é um resultado da exploração predatória da natureza justificada pelo lucro aproveitado por poucos. Ademais, reflete o papel predominante da vulnerabilidade social em regiões subdesenvolvidas, que não recebem o apoio necessário dos órgãos competentes. A circularidade presente em Vidas Secas parece estar longe do fim.

1.1.13. Nota 46,5 – Ingressante EP-L3

Retirantes ambientais

A pintura “Retirantes”, do artista brasileiro Cândido Portinari, retrata uma família nordestina acometida pela problemática da seca, e registra uma situação de profundo sofrimento, pobreza e perda de identidade durante o percurso para um local de melhores condições. Fora do campo da arte, situações similares a essa vêm se tornando comuns no mundo contemporâneo, já que o agravamento de problemas climáticos, ocasionado pela relação desigual entre ser humano e natureza, provoca um fluxo expressivo de refugiados ambientais, os quais, por sua vez, sofrem um quadro de vulnerabilidade social no local de destino. Nesse sentido, cabe analisar o principal alicerce que gerou essa problematiza, representado pela priorização da ignorância em detrimento do ambiente, e sua principal consequência: a violência simbólica vivida pelos “retirantes ambientais”.

No contexto dessa discussão, é válido analisar o processo histórico que levou ao cenário de caos ambiental responsável pela crise de refugiados. Nesse âmbito, com o advento da Revolução Industrial, melhorias tecnológicas fizeram com que a humanidade -

sobretudo os países mais ricos - passasse a aproveitar os recursos materiais de maneira mais intensa, com o objetivo de comercializar produtos e gerar riquezas. Contudo, esse crescimento desenfreado e a priorização do lucro não consideraram a biocapacidade do planeta, o qual tornou-se mais vulnerável: por exemplo, a emissão de combustíveis fósseis aumentou as médias térmicas mundiais, o que propiciou mais catástrofes como furacões, secas e o aumento do nível dos oceanos. Em virtude disso, populações vetadas por esses fenômenos, sobretudo as de países mais pobres - da periferia do capitalismo industrial - são forçadas a se deslocar, devido à perda de residência ou de plantações, por exemplo. Assim, fica claro como uma ação gananciosa e ignorante tomada por grandes industriais prejudica, indiretamente, a vida de milhões de pessoas, que passam a viver no mesmo contexto desolador de “Retirantes”.

Por consequência, a nova vida de refugiados ambientais vem acompanhada por um contexto de vulnerabilidade social. Nesse viés, o filósofo francês Pierre Bourdieu utilizou a expressão “violência simbólica” para fazer referência a situações em que indivíduos são subjugados não por agressões físicas, mas sim por atitudes indiretas, relacionadas ao tratamento verbal, sobretudo. Paralelamente, pode-se vincular essa teoria filosófica aos “retirantes ambientais”, os quais, por migrarem para um local de cultura distinta e apresentarem condições socioeconômicas ruins, são, na maioria dos casos, mau (sic) recebidos por serem considerados “intrusos” e “fardos sociais” na nova nação. Dessa forma, o contexto de vulnerabilidade climática, que provocou o deslocamento, torna-se vulnerabilidade social, já que esses indivíduos passam a sofrer falas preconceituosas e falta de auxílios econômicos, o que escancara o fato de que o crescimento do capitalismo industrial beneficiou uma parcela restrita da humanidade, enquanto provou a perda de identidade e o sofrimento de milhões de seres humanos.

Diante dessa conjuntura, fica evidente que o principal causador da problemática dos refugiados climáticos é o crescimento desenfreado do capitalismo industrial, o qual faz pressões excessivas sobre o ambiente a ponto de forçarem o deslocamento de milhões de pessoas, sobretudo de países de fora do eixo central do capitalismo. Por conseguinte, esses indivíduos, além da saudade do lar, sofrem com a rejeição na forma de “violência simbólica”, o que indica que, caso nenhuma ação seja realizada, representações como a de Portinari serão mais comuns em toda a humanidade.

1.1.14. Nota 46,5 – Ingressante AC

Lágrimas para os azuis, cegueira aos iguais

Em Pandora, um planeta fora do sistema solar, a raça humana buscava recursos depois de exaurir todas as reservas da Terra, mas, para extrair suas necessidades, precisava usurpar das terras dos nativos, os Na’vi: grandes, azuis e felinoides. Devido à conexão que esses habitantes tinham com o meio, hesitou-se a exploração destrutiva do ambiente, porém isso foi superado pela epifania gananciosa e, então, os seres humanos passaram a destruir a sagrada terra dos Na’vi e a guerrear com estes. No final da trama “Avatar”, os nativos vencem o conflito, mas devem se mudar, por causa do estrago deixado pelos “homens-do-céu”. Esse filme, excitante e emocionante, foi muito bem recebido pelo público, que se viu torcendo pela superação Na’vi e pela derrota humana. Entretanto, ao deixarem as

salas de cinema, esses mesmo espectadores emocionados ignoram a semelhante situação de êxodo pela qual seus iguais - menores, de cores neutras e humanoides - passam com o atual desequilíbrio ambiental. Em uma sociedade em que a relação natureza-homem é assimétrica, a humanidade explora restritivamente o meio, todavia não reconhece as consequências de sua atitude. O efeito disso é a invisibilização daqueles que sofrem com a questão: vulneráveis refugiados ambientais.

Diferentemente dos gigantes azuis, os homens não têm caudas com extensões neurais que podem se ligar à terra, mas eles têm a noção do capital. Quando embebidos na lógica capitalista, em que a finalidade maior é o lucro, todos os meios para se atingir isso são válidos, até mesmo aquele que destrói a moradia - Gaia ou Pandora. Nesse sentido, explora-se incessantemente os recursos naturais a fim de acumular o capital e entende-se essa exploração como algo normal: explora, produz, consome, lucra. Defender que o agronegócio coma a Amazônia alegando que os europeus só são desenvolvidos porque acabaram com suas florestas revela essa mentalidade em que o econômico sobressai ao ecológico. Para que essa lógica seja sustentada, é necessário negar seus efeitos, afinal, se disso não decorre efeitos negativos, não há motivos para cessar a exploração e, assim, atribui-se ao aquecimento global a causa como uma nova era climática, transferindo a culpa do desequilíbrio.

Se se nega os desdobramentos da natureza urrando por socorro, se desconhece os afetados por esses gritos. A exploração do meio, a favor do capital, é o que promove o enriquecimento, o qual não atinge todos os seres humanos. Assim como a relação homem-natureza é assimétrica, a relação homem-homem também é, já que muitos têm pouco e poucos têm muito. Nessa conjuntura, os acumuladores possuem recursos para lidar com as adversidades provenientes de sua atuação: suas casas estão em zonas livres de deslizamentos, seus porões possuem mantimentos se atingidos por um furacão e se suas habitações são destruídas, logo constroem outra. Por outro lado, aqueles excluídos pelo sistema, além de não se beneficiarem da “explorastruição”, são os que mais sofrem com suas consequências e que devem se mudar de suas terras quando acometidos pelos desequilíbrios, a vagar pelo mundo em busca de um espaço íntegro - ou, pelo menos, é o que se tenta. Nesse sistema, os refugiados ambientais existem, mas não são vistos, tanto por sua condição socioeconômica, tanto pelo motivo de seu êxodo ser “mimimi”, associando-se muito mais o termo “refugiado” a “guerra”, por exemplo, do que a “meio ambiente”, o que também mostra a invisibilização desses que tudo perderam. Será que se eles fossem grandes e azuis alguém os veria?

Portanto, a assimetria entre natureza e a humanidade resulta na exploração daquela por este, entretanto, para manter essa relação, nega-se os efeitos da destruição. Aqueles que mais sofrem, contudo, são os que menos se beneficiam do sistema que os lesa, além disso, são invisibilizados. Diferente do Na’vi, estes não conseguem sua revanche, nem expulsar quem os prejudica.

1.1.15. Nota 46 – Ingressante AC

Sem rumo

O quadro “Os retirantes”, produzido no século XX por Portinari, ao representar uma família que se desloca forçadamente em condições degradantes para fugir da seca, ilustra uma das principais crises da humanidade: a questão dos refugiados ambientais. Com a inovação tecnológica ao longo dos últimos anos, seria razoável supor que cenas como a retratada nessa obra de arte seriam amenizadas. No entanto, embora haja uma melhora no gerenciamento de eventos climáticos nas nações menos desenvolvidas, inúmeros habitantes de áreas marcadas pela vulnerabilidade social são obrigados a deixarem seu local de origem por causa não apenas de tempestades ou furacões, mas também pela negligência da comunidade nacional.

Essa tese pode ser comprovada pela desigualdade entre as nações no que se refere aos recursos para lidar com os fenômenos naturais: enquanto Chile e o Japão conseguem minimizar os impactos de terremotos de grande magnitude devido a uma infraestrutura especializada, territórios como o Haiti sofrem danos catastróficos quando ocorrem tremores de terra, deixando parte da população em situação de fragilidade. Isso acontece porque os países mais pobres, sem as condições financeiras necessárias para adquirir a tecnologia adequada, tornam-se vítimas da falta de cooperação internacional. Os auxílios encontram-se limitados ao fornecimento de ajuda humanitária, sem que haja o fornecimento e a implantação de estruturas preventivas de novos desastres. Consequentemente, resta à população apenas refugiar-se em locais cujo desenvolvimento técnico seja suficiente para sua proteção.

Outro fator que agrava a vulnerabilidade daqueles suscetíveis às catástrofes ambientais é o combate insuficiente das mudanças climáticas. As enchentes ocorridas no Paquistão e na Índia e as ondas de calor que atingiram a Europa e o Canadá no ano de 2022 demonstraram o potencial destrutivo da intensificação do aquecimento global. Dessa forma, em um cenário no qual os países recusam a tomada de decisões que atenuem os desequilíbrios do planeta, os eventos extremos tenderão a acontecer com maior frequência ao redor do mundo, gerando mais refugiados entre as nações com menos recursos.

Portanto, depreende-se que as alterações ambientais favorecidas pela postura irresponsável da humanidade transformou cada vez mais pessoas em refugiados ambientais. Assim, vislumbra-se um futuro em que a população mundial foi transformada em retirantes sem rumo.

1.1.16. Nota 45 – Ingressante EP-L3

O falso progresso e a vulnerabilidade

Diversas são as consequências entre os países para discutir os problemas ambientais e estabelecer metas para o futuro, as quais, como a Eco-92, realizada no Brasil, não têm nenhum impacto fora do papel. A ausência de efetividade das reuniões é causadora de uma verdadeira crise de refugiados, os quais são obrigados a sair de suas habitações em busca de um local que, ao menos, tenha recursos naturais que permitam a sobrevivência humana. Embasada em uma visão de progresso dissociada de conservação ambiental, as conferências são apenas uma fachada para disfarçar a negligência estatal, a qual deixa vulneráveis os retirantes atingidos por desastres naturais.

Contextualmente, os únicos países obrigados a cumprir os pactos ambientais estabelecidos são os mais pobres e os considerados "subdesenvolvidos", os quais ficam sujeitos a multas de órgãos internacionais comandados pelas nações enriquecidas, como Estados Unidos da América (EUA). Aos outros Estados, permanece a ideia de "progresso concreto" - um desenvolvimento que só pode se concretizar através de construções urbanas, como estradas e "shoppings" - tendo na destruição da natureza a única forma de evoluir. Por exemplo, o Brasil administrado por Jair Bolsonaro, ainda que influenciado por discursos camaleônicos que aparentavam estar a favor da natureza, promoveu diversas queimadas na Amazônia para implementação de um projeto latifundiário de cana e de gado, sem se preocupar com os povos nativos - ribeirinhos, indígenas, pequenos agricultores - que habitavam a região. Aparentemente, a interpretação do lema da bandeira, "ordem e progresso", do antigo governo não abarcava tais comunidades e, infelizmente, elas tiveram de se retirar do local. Infelizmente, o caso brasileiro é uma metonímia para o processo que ocorre em todo o mundo, com milhões de pessoas migrando por causa de questões ambientais.

Consequentemente, quando conseguem completar seu êxodo em busca de melhores condições de vida, os refugiados passam a sobreviver em constante vulnerabilidade na nova "habitação". Primeiramente, eles estão sujeitos a um processo de seleção na fronteira, em seguida, à aceitação populacional e, por fim, ao desejo de conseguir um sustento. Os retirantes ambientais são pessoas, predominantemente, ligadas à natureza, o que causa certo estranhamento nas relações nas sociedades para as quais migram. Esse distanciamento reflete na sua vulnerabilidade na busca por emprego, por exemplo, visto que o indivíduo não possui a instrução necessária para a maioria dos trabalhos, restando os mais precários. A França é um exemplo disso, já que há muitos imigrantes do Norte da África que figuram da seca e, embora alguns ocupem altos cargos da sociedade, grande parte se encontra à margem da civilização, sem direitos civis e sem renda, ou com péssimos empregos, revelando a vulnerabilidade social constante dos refugiados e imigrantes ambientais.

Em suma, há milhares de povos, em todo o mundo, que sofrem com as condições da natureza, como seca, elevação dos oceanos e terremotos. Essas comunidades se encontram sempre sujeitas a atitudes da sociedade em que se inserem, devido ao progresso que não leva conservação ambiental em conta. Assim, é necessária a união de países ricos para sustentar a natureza e auxiliar na situação dos refugiados que dela necessitam para sobreviver.

1.1.17. Nota 45 – Ingressante AC

Refugiados Ambientais: neoliberalismo e crise climática

Vidas Secas, romance de Graciliano Ramos, retrata o árido e difícil cotidiano dos retirantes Fabiano, Sinhá Vitória e sua família, obrigados a abandonar tudo para poder sobreviver devido à seca na Caatinga. Embora a família viva no nordeste brasileiro do século vinte, na contemporaneidade, a mesma situação afeta milhões de famílias no globo, que fogem de seu lar diante de desastres climáticos. A crise de refugiados ambientais decorre

das mudanças climáticas geradas pelo neoliberalismo, o que gera problemas de vulnerabilidade social.

A princípio, o neoliberalismo causa a crise climática. Isso porque esse modo de produção busca apenas o lucro, colocando questões ambientais para fora da visão. Essa cegueira leva a uma enorme exploração e destruição do meio ambiente, como no caso da expansão da soja na Floresta Amazônica, que gera desmatamento. Tal situação continua a acontecer, pois há a perspectiva de que a devastação gera desenvolvimento, como na propaganda “Agro é tudo”, o que acarreta a emissão de gases de efeito estufa que agravam o aquecimento global. Assim, a degradação ambiental decorre do neoliberalismo.

Consequentemente, há o surgimento de uma grande vulnerabilidade social com os refugiados ambientais. Isso ocorre devido ao fato do aquecimento global exacerbar problemas climáticos, como a desertificação, que obriga milhares de indivíduos a saírem do Sahel na África. Diante desses fenômenos, há a escassez de alimento, de trabalho e de moradia, obrigando famílias a abandonarem tudo, as suas posses e seu modo de vida, e seguirem em frente sem olhar para trás em busca de condições melhores, pois, ao virarem, observarão a ruína que um dia foi p seu lar. Devido à falta de ações concretas para desacelerar o aquecimento global, no futuro haverão muitos outros Fabianos e Vitóriaias, visto que o problema cresce à medida em que a natureza continua a ser degradada pelo ser humano. Por conseguinte, os “retirantes contemporâneos” ocupam de forma crescente áreas superlotadas e precárias, como áreas no Norte da África, onde não encontram recursos, moradia e emprego dignos, o que aumenta a crise humanitária, ao surgirem conflitos e guerras em disputa pelo pouco que há. Dessa forma, a crise ambiental exacerba a vulnerabilidade social.

A crise dos refugiados, portanto, é fruto do neoliberalismo desenfreado que gera o aquecimento global, o que obriga milhões de pessoas a saírem de seu lar, assim como Fabiano e sua família. No entanto, tal busca apenas exacerba a vulnerabilidade social.

1.1.18. Nota 45 – Ingressante PPI-L4

Impactos ambientais: geradores de xenofobia e da desigualdade social

Desde quando os indivíduos começaram a se organizar em civilizações, em meados de 5000 a.C., na Mesopotâmia, o ser humano teve que lidar com problemas ambientais. Entretanto, a partir do século XVIII, com a 1ª Revolução Industrial, problemas como o Aquecimento Global e a poluição atmosférica foram intensificados por ações antrópicas. Esses problemas ambientais junto a questões bélicas e políticas de alguns países, principalmente os subdesenvolvidos, fizeram com que o número de refugiados desses países aumentasse de forma assaz. Ao chegarem em novas terras, porém, esses refugiados, além dos problemas psicológicos de afastamento da família e de sua casa, passaram a enfrentar a xenofobia e uma terrível vulnerabilidade social.

O aquecimento global e a poluição atmosférica, apesar de extremamente nocivos e ameaçadores da existência humana, não são os principais causadores das imigrações pelo mundo. Precariedade de moradias, falta de recursos hídricos e a fome têm muito mais relevância nesse aspecto. No Brasil, por exemplo, o século XX ficou marcado pela migração

de nordestinos para o sudeste do país. Em busca de sobrevivência e recursos básicos do indivíduo, famílias viajavam dias, sob sol e chuva, até seus objetivos. O romance “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, evidências isso. Sinhá Vitória, Fabiano e seus filhos caminham pelo sertão alagoano em busca de água e alimentos, enfrentando, durante a história, muito preconceito, tendo que se submeter, muitas vezes, a trabalhos análogos à escravidão por comida. Vê-se, então, que os problemas ambientais como a lixiviação dos solos (perda de nutrientes por ação da chuva), os deslizamentos de terras e o fenômeno da desertificação são as principais causas da persistência na existência de refugiados no mundo já que esses problemas acarretam, respectivamente, fome, falta de moradia e sede, questões sociais causadoras das desenfreadas imigrações.

Outrossim, é lícito postular que os refugiados, ao chegarem em outros países, dificilmente são recebidos de forma fraterna. Os anfitriões desses imigrantes, sob pensamento xenófobo, alegam estar com medo de perder empregos para os imigrantes e tentam de todas as formas impedir a entrada desses refugiados em seus países. Um exemplo foi o “Brexit”. Por repúdio aos refugiados, a Inglaterra decidiu sair da União Européia, que havia assumido posturas a favor do acolhimento de refugiados. Além disso, a forte política Le Pen, que quase se elegeu na França, pretendia também tirar o seu país, sob mesma justificativa xenófoba da Inglaterra, da União Européia, no denominado “Frexit”. Ademais, Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, construiu a ideia de erguer muros nas fronteiras do país para impedir a entrada de refugiados. Há, no contexto atual, então, uma tendência clara: os países tem se fechado, com barreiras físicas e diplomáticas. Esse fechamento de fronteiras tem acontecido por aversão aos povos diferentes. A vulnerabilidade social dos poucos refugiados que têm sucesso para adentrarem nos países desenvolvidos se tornou inevitável já que um ambiente extremamente xenófobo foi construído no mundo todo.

Sendo assim, tem-se que o problema dos refugiados ambientais está diretamente ligado a questões políticas, a exemplo da falta de ambientes que favoreceram o cultivo de alimentos e a distribuição de recursos hídricos. Urge, portanto, que a sociedade exerça o “Princípio da Responsabilidade” (ideia de que devemos cuidar e preparar nosso planeta para as futuras gerações) de Hans Jonas, e seja mais fraterna para que, mediante questões ambientais ou sociais, todos sejam acolhidos e auxiliados.

1.1.19. Nota 45 – Ingressante EP-L3

Procura-se refúgio para a crise ambiental

Rachel de Queiroz, em sua emblemática obra “O Quinze”, apresenta a situação deplorável dos denominados refugiados da seca, indivíduos forçados a migrar de suas terras, em péssimas condições, devido a crises ambientais que afetam as suas sobrevivências. Quase um século após o lançamento do livro, a necessidade da busca de refúgio por vítimas de desastres naturais ainda se apresenta como uma problemática recorrente e preocupante na sociedade, atingindo de maneira mais contundente populações desfavorecidas e vulneráveis, fato que incita a análise dos motivos de tais adversidades.

Em primeiro plano, é válido afirmar que a mudança climática é um fator preponderante para a atual impossibilidade de habitação de áreas previamente povoadas. Fenômenos como aquecimento global, desertificação de regiões cultiváveis, desabamento de terras, enchentes e secas recorrentes são algumas das consequências climáticas da disseminação na sociedade de um paradigma de vivência e consumo baseados na exploração discriminada e imediata do meio ambiente, desconsiderando os desdobramentos dessa predação para populações presentes e futuras. Sob esse viés, escolhas individuais e coletivas não sustentáveis, como apoiar grandes empresas que não se comprometem com a agenda ambiental, por mais que pareçam irrelevantes, contribuem para o agravamento das alterações de clima quando se considera a teia social em sua integridade. Como consequência disso, desastres ambientais se tornam mais corriqueiros e o número de refugiados ambientais se multiplica em todas as regiões do globo.

Ademais, destaca-se que tais desastres afetam, sobretudo, comunidades em vulnerabilidade social. Esse panorama encontra justificativa no modelo de produção neoliberal baseado na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), em que áreas com maior poder aquisitivo produzem produtos e serviços de ponta calcados na exploração de regiões com menos capital. Nesse sentido, áreas subalternas do globo se comportam como fornecedoras de matéria prima e depósitos de descarte de lixo na DIT, ações as quais muitas vezes são realizadas sem nenhuma responsabilidade ambiental, tornando esses lugares mais vulneráveis e suas populações mais suscetíveis ao êxodo forçado devido a problemas do ambiente.

Em suma, a crise atual de refugiados ambientais tem intrínseco relacionamento com a cegueira moral de parte da sociedade frente a suas escolhas individuais e coletivas e com a divisão excludente e injusta sobre a qual o sistema neoliberal vigora. Enquanto essas posturas persistirem, situações como a de “O Quinze” não deixarão de existir.

1.1.20. Nota 44,5 – Ingressante AC

As primeiras civilizações surgiram em locais propícios para o assentamento. Entre o Tigre e o Eufrates, havia água, terras férteis e poucas adversidades ambientais. Dali, saíram grupos que desbravaram novas terras, muitas vezes inóspitas, e fincaram estacas para definir um lar. No entanto, passados milênios, não estamos mais em vilas: estamos aos milhões. Agora, nesses lugares inadequados para viver, estão países inteiros que vivem sob a espreita ou da fome pela infertilidade de suas terras, ou de desastres naturais. Apesar de ser uma lastimável situação, esse cenário mostra quão implacável é a natureza, pois, embora estejamos repletos de sofisticadas tecnologias, ainda somos irrisórios perante seu funcionamento.

Sabendo que não se pode vencê-la, muitos dos que vivem em terras fustigadas pela inexorável natureza deixam seus países como refugiados ambientais, movendo-se à vizinhança, que, em maioria, enfrenta dificuldades para recebê-los. Inicia-se, então, uma crise de refugiados que desvela uma hipocrisia global que custa a vida de milhões, posto que muito do que causa os problemas ambientais responsáveis pelo êxodo é a agressão ao meio ambiente causada justamente por países ricos que ora negam hospitalidade, ora não se empenham em mitigar o problema. Assim, vê-se que os próprios responsáveis pela crise

pouco lhe dão importância, o que reafirma uma lógica geopolítica que privilegia os já privilegiados e abandona os vulneráveis à própria sorte.

Todavia, esses países ricos não percebem que, muito além de ser uma questão humanitária, a crise dos refugiados ambientais simboliza um grito do meio ambiente aos efeitos antrópicos sobre ele. Enquanto a casa pega fogo, preferem esforçar-se em repelir os refugiados à luz de ideias xenofóbicas a medir esforços para resolver o problema fundamentalmente, pois, se não houvesse indústrias a emitir quantidades enormes de carbono, não haveria nações inteiras atrás de um canto minimamente habitável que não tenha sido dizimado pelo aquecimento global. Dessa forma, nota-se como a ganância capitalista que urge por mais a despeito da natureza unida à xenofobia das nações ricas agrava essa crise quando, em verdade, deveria tomá-la de alerta para salvar a humanidade, pois haverá um ponto em que a natureza será cruel até com os ricos.

À luz do exposto, concluímos que, embora tenhamos tecnologias das mais avançadas, nada podemos com a inelutável natureza, e, por tentarmos alterá-la de alguma forma mais ríspida, logo ela nos devolve crises que assolam milhões. Sem embargo, em vez de entendê-las como claros sinais de seus efeitos sobre ela, os países ricos, cegados pela inepta aversão ao estrangeiro, optam por erguer muros aos refugiados, desumanamente os deixando à mercê do que eles mesmos fizeram. Além disso, vendados pela avidez por lucro, seguem agredindo a natureza a despeito dos ecos de seus gritos, o que, cedo ou tarde, levará não só os vulneráveis à ruína, mas eles também, pois não há outro planeta para refúgio.

1.1.21. Nota 43 – Ingressante PPI-L4

Recursos naturais como controle social

Na franquia americana de filmes, "Mad Max" os tópicos ambientais são retratados como fatores de geração de guerras e crises. Em seu último lançamento, a água era o fator decisivo, que gerava conflitos baseados em: quem controlaria a matriz da vida; aqueles que exercessem esse controle teriam por consequência, poder sob a população dependente de água. A realidade atual se encontra similar à de "Mad Max", uma vez que cada vez mais os recursos naturais são exauridos, e aqueles que são vulneráveis socialmente sofrem de forma mais impactante desastres naturais, se tornando refugiados ambientais.

A individualização social é a matriz da dificuldade na resolução de problemáticas coletivas. O sistema de produção atual estimula que cada indivíduo produza excedentes, mesmo que inutilizáveis, o sucesso humano é baseado na quantidade de recursos adquiridos. Cooperar significa partilhar, que por sua vez significa doar excedentes para viver apenas com o necessário. Comparado a essa perspectiva, tem-se a ainda atual relutância da elite de terras, para se realizar uma nova reforma agrária, que contemple todos os grupos da sociedade de forma igualitária. O maior motivo em resistir a essa ação está em ceder espaço, pois possuir terras em um país que pessoas, em sua maioria, não têm moradia, significa ter poder por ser algo raro e difícil de se obter.

De mesmo modo, crises não geram mazelas sociais, elas as acentuam, ao demonstrar os diferentes impactos em cada indivíduo. As diferenças sociais e econômicas são normalizadas, pois não afetam drasticamente perfis que costumam estar associados à privilégios, que por vezes são direitos básicos, sendo nítido o esteriótipo que perpassa por

maior sofrimento. Durante o século XIX, nos anos iniciais da República brasileira houve um projeto de reestruturação da capital do Brasil - na época Rio de Janeiro. O projeto foi executado com o objetivo de tornar a cidade mais civilizada e agradável, e isso foi realizado com a expulsão de camadas pobres do centro, que se refugiavam nos morros, que nos dias atuais sofrem de deslizamentos anualmente. O cerne da questão é exemplificar o quanto as diferenças sociais afetam os impactos dos desastres naturais, já que a comunidade pobre continua a sofrer e migrar de casa em casa, todos os anos.

Portanto, pode-se dizer que a vulnerabilidade social se acentua na crise do meio ambiente, gerando refugiados ambientais. O aumento à estima da individualização social dificulta o trato de questões coletivas de forma consciente e igualitária, uma vez que a depender da classe social e de recursos financeiros, os impactos podem ser diferentes. Assim como em "Mad Max", os que detêm o poder controlam os vulneráveis, dependentes de recursos essenciais para vida.

1.1.22. Nota 43 – Ingressante AC

Um Segundo Dilúvio

Há centenas de milhares de anos, o termo "refugiado" seria considerado fútil: em uma rotina que consistia na caça e coleta diária e na constante mudança de locais de moradia, "refugiar-se" era simplesmente a condição humana. Os verdadeiros refugiados nasceram a partir da Revolução Neolítica; com a emergência de exuberantes plantações no crescente fértil e o amadurecimento de grandes civilizações, os refugiados eram aqueles à margem das sociedades estabilizadas. E assim permaneceram ao longo das eras, carregando a marcante característica de vulnerabilidade social, exemplificada na fala de Graciliano Ramos em seu livro "Vidas Secas": "o vaqueiro ensombrava-se com a ideia de que se dirigia a terras onde talvez não houvesse gado para tratar". Esse trecho também perfeitamente traduz a situação em que milhares de refugiados ambientais atualmente se encontram, às margens dos bairros abastados das megacidades, onde a elite esbanja comida trazida até a porta de sua casa.

Notavelmente, tais cenários ganharam mais destaque na contemporaneidade com o advento do aquecimento global. Em decorrência dos elevados índices de poluição atmosférica potencializados desde a Revolução Industrial, o nível das águas oceânicas aumentou, as correntes de ar tornaram-se mais imprevisíveis e eventos climáticos extremos tiveram sua frequência amplificada. Nas últimas décadas, subiram-se manchetes com eventos catastróficos internacionais, como os ocorridos nos Países Baixos, no Japão e nos EUA, retratando o deslocamento forçado de populações habitadas em áreas mais vulneráveis aos desastres naturais. Em uma tentativa de combater a fúria da natureza ao invés de acalmá-la, construíram-se obras faraônicas de custos bilionários: nos Países Baixos, há uma barreira marítima de dezenas de quilômetros de extensão para impedir a entrada do mar no território; no Japão, há muros costeiros com a altura de prédios para barrar tsunamis; e, nos EUA, há imensos abrigos para populações afetadas por furacões e tornados. Todavia, nessas manchetes, nota-se algo em comum: apesar de retratarem grupos vulneráveis, apenas focalizam-se na marginalização local; em um evento de proporções mundiais, como o

aquecimento global, surpreende-nos que populações na periferia mundial ficam fora de vista.

Em contraste com as obras extraordinárias dos países centrais para melhorar a condição de seus refugiados ambientais vulneráveis, países periféricos, que sofrem consequências extraordinariamente mais graves de mudança climática, não interessam à imprensa mundial: o Haiti, um dos países mais pobres da América Central, tem sua expectativa de vida média inferior a cinquenta anos, largamente devido aos impactos de terremotos e tsunamis; as Filipinas, cujos furacões matam milhares todos os anos, não ganham destaque na mídia anualmente; os países africanos na área do Deserto do Saara, onde uma enorme parcela da população morre por desnutrição, não recebem auxílio o suficiente para combater esse desastre humanitário. Acerca disso, Adorno e Horkheimer, filósofos da Escola de Frankfurt, pontuam a existência de uma "indústria cultural", cujas notícias replicam o que mais vende à massa com condições de consumo. A realidade, infelizmente, é que os sujeitos com telefones, tablets e computadores se interessam muito menos pelos indivíduos desumanizados da ralé mundial do que pela população do seu próprio país, ou melhor, por como seus impostos estão sendo investidos em obras colossais para ajudá-los.

Portanto, percebe-se uma clara relação entre refugiados ambientais e os grupos mais socialmente vulneráveis. Contudo, tal associação apresenta-se invisível aos mais privilegiados, com exceção para quando ela diretamente os afeta.

1.1.23. Nota 43 – Ingressante AC

Luz e escuridão

No “mito da caverna”, o pensador grego Platão recorre a uma alegoria para explicar o processo de transposição da “doxa”, crença ingênua e infundada cuja superação é encarada como condição para a obtenção do verdadeiro conhecimento, chamado “episteme”. A utilização do pensamento racional, segundo o filósofo, seria responsável pela libertação da escuridão da caverna, signo da ignorância, e a chegada à luz, símbolo da conquista da verdade. Todavia, observa-se, no mundo contemporâneo, o uso inconsequente da razão e do conhecimento, o que provoca o retrocesso da humanidade em direção às trevas, uma vez que as mudanças climáticas provocadas por ação antrópica intensificam diversas crises humanitárias.

A luz do pensamento racional leva o homem à escuridão quando é instrumentalizada irresponsavelmente. Na “teoria dos três estágios”, desenvolvida pelo filósofo francês Auguste Comte, o intelectual elenca a ciência como único recurso por meio do qual a humanidade poderia evoluir até alcançar o “estágio positivo”, que simbolizaria o nível máximo de desenvolvimento. Essa idolatria pela ciência, presente nos estudos de Comte, perpassa, também, pelo pensamento de que o uso da razão na elaboração do conhecimento científico eleva o homem a uma posição de superioridade em relação aos demais animais. Busca-se reafirmar essa suposta superioridade por meio da ampliação da capacidade de dominação do homem sobre a natureza, utilizando-se a razão como recurso para atingir esse fim. É o que defendem filósofos da Escola de Frankfurt, que fazem uso da expressão “razão instrumental” para nomear essa conjuntura. Como consequência, populações vulneráveis

são acometidas por todo tipo (sic) desastre ambiental provocado pela intensificação da ação antrópica, a exemplo das enchentes ocorridas na Europa devido à retificação de vales fluviais e da desertificação em curso no nordeste do Brasil.

Os impactos ambientais provocados pela superexploração da natureza intensificam crises humanitárias que forçam o deslocamento de vítimas ambientais. No Brasil, o quadro “Os retirantes”, de Portinari, e o livro “Vidas Secas”, do romancista alagoano Graciliano Ramos, constituem exemplos de tentativas de denunciar as condições degradantes atribuídas àqueles submetidos a deslocamentos forçados em decorrência da seca na região nordeste. Em um âmbito global, um relatório do G1 informa que a região mais propensa a gerar refugiados climáticos até 2050 é a África subsaariana. Seja na caatinga brasileira seja no sul da África, esses dados revelam como os mais afetados pelas alterações climáticas são populações já vinculadas à pobreza e à vulnerabilidade social, o que explica o porquê da negligência desse tema no cenário internacional: uma vez que os mais acometidos são aqueles que detêm pouco valor no arranjo neoliberal, o debate é relativizado e crescem movimentos que negam a veracidade dos impactos ambientais provocados por intensificação da ação antrópica, levando toda a humanidade à escuridão em decorrência do individualismo e da falta de empatia diante da degradação alheia.

Conclui-se, portanto, que a utilização inconsequente da razão aumenta a vulnerabilidade social devido à intensificação de problemas ambientais, gerando milhares de refugiados climáticos por ano. Faz-se necessário, com isso, que a humanidade desfrute da luz da racionalidade para frear os efeitos da mudança climática, pois só assim a sociedade contemporânea se desvencilhará das trevas em (sic) que foi submetida pelo uso irresponsável e negligente do saber científico.

1.1.24. Nota 43 – Ingressante AC

Prisões do capitalismo: refugiados ambientais e vulnerabilidade social

O `mito da caverna`, do filósofo Platão, é uma alegoria, na qual prisioneiros algemados em uma caverna só conseguem enxergar sombras projetadas, mas não a realidade em si. Na contemporaneidade, o capitalismo é responsável pela criação de valores que, tais quais as sombras de Platão, não permitem que os indivíduos enxerguem a verdade: este modelo econômico, ao gerar um colapso ambiental, além de reforçar as vulnerabilidades sociais, arrisca a própria vida na Terra. Assim, tem-se que a estrutura econômica é a principal responsável pelo aumento no número de refugiados ambientais, promovendo, desse modo, graves consequências a populações miseráveis, que são as primeiras afetadas pela crise climática.

O atual modelo econômico gera uma onda de migrações forçadas devido aos desastres naturais. Ao longo da década de 60, consolidou-se a noção de `American way of life`, isto é, do jeito Americano de se viver, o qual consiste na fartura e no conforto. Para atingir esse ideal de consumo, no entanto, os líderes governamentais dispuseram-se, inclusive, a `queimar até a última árvore`, conforme afirmado pelo representante estadunidense em conferência ambiental das Nações Unidas no final do século XX. A partir dessa ótica, que fora exportada para todo o mundo mediante hegemonia política dos Estados Unidos, a questão climática tornou-se secundária: no Brasil, por exemplo, Ricardo Salles, ex-

ministro do Meio Ambiente, sugeriu que se ‘passasse a boiada’ na Amazônia, ou seja, que a floresta fosse desmatada visando aos interesses monetários. Nesse sentido, a sociedade capitalista, aprisionada às sombras do consumo, determinou a existência da crise climática, que causará, de acordo com a previsão do Banco Mundial, a existência de 216 milhões de migrantes por causa do clima até 2050.

Como consequência dos desastres ambientais, no entanto, impulsiona-se um cenário de vulnerabilidade social. Historicamente, áreas atingidas por estiagens prolongadas ou alagamentos periódicos foram ocupadas pelos mais pobres diante da ausência de possibilidades – a exemplo dos ribeirinhos e sertanejos, populações marginalizadas. Com a crise climática, contudo, os fatores ambientais que já afetavam essas terras foram exponenciados e, com a falta de recursos financeiros, a população desses locais tornou-se ainda mais miserável: enquanto os mais ricos podem buscar soluções como a dessalinização da água do mar, os moradores do sertão nordestino podem apenas submeter-se ao deslocamento forçado pela escassez hídrica. Logo, os mais carentes são as primeiras vítimas que devem buscar refúgio por causa do clima, o que configura uma situação de vulnerabilidade relativa à incerteza quanto à futura moradia e ao futuro emprego.

Portanto, a crise ambiental gerada para atender às demandas capitalistas cria graves consequências sociais. Os mais pobres, nesse caso, são os que primeiro devem buscar refúgio por causa do clima, mas tal situação, se não deixar de ser favorecida pela sombra do consumo, pode atingir parcelas cada vez maiores da sociedade.

1.1.25. Nota 43 – Ingressante AC

O Humanitas e o Neoliberalismo em meio à crise climática

No romance machadiano “Quincas Borba”, o filósofo, cujo nome intitula a obra, descreve para Rubião, protagonista do romance, a filosofia do “Humanitismo”. Nela, o “Humanitas” é o princípio fundamental do universo, presente em toda parte e em eterno conflito consigo próprio - sempre saindo vencedor. Esse pensamento, utilizado como justificativa para as desigualdades e as guerras do mundo, é sintetizado pela máxima “Ao vencido ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas”. Fora da ficção, esses dizeres ecoam na sociedade de modo que os mais poderosos -sejam países, instituições ou pessoas- subjugam os mais fracos e vulneráveis. Assim as consequências da crise climática reiteram essa lógica de opressão sistemática, evidenciando a outra face do neoliberalismo, visto que os países menos desenvolvidos são os mais gravemente afetados pelas catástrofes, ao mesmo tempo em que o individualismo norteia as medidas paliativas contra o agravamento desse cenário.

Sob essa óptica, o quadro de crise climática pune de forma desigual os países do globo. Nesse sentido, pode ser constatado um claro racismo ambiental imperante nas relações internacionais, posto que as condições socioeconômicas regionais refletem a gravidade das consequências das catástrofes em cada país, impondo aos mais vulneráveis uma dupla opressão. Desse modo, enquanto EUA e China, os países mais ricos, mas também os mais poluidores do mundo, compram créditos de carbono -consentindo-lhes o direito de seguirem devastando o planeta- as populações de locais como a África Subsaariana, onde se encontram os menores IDHs do planeta, sofrem, sem saída, as consequências dessa desigualdade. Com isso, para tais cidadãos, tanto o clima -em si- e os fenômenos naturais

extremos -cada vez mais frequentes-, quanto a própria lógica da Divisão Internacional do Trabalho são agentes promotores do sofrimento. Assim, a disputa da humanidade consigo própria, catalisada pela natureza, parece ter sido baseada nos princípios Humanitistas, uma vez que os mais fracos saem derrotados, para que haja o triunfo -ao menos econômico- dos mais fortes.

Paralelamente a esse cenário, a lógica neoliberal dominante preza pela disputa e pelo individualismo, inviabilizando a organização de políticas coletivas para a superação da crise. Com isso, a situação dos refugiados climáticos se torna ainda mais grave, pois, além de sofrerem as consequências das alterações ambientais, serão marginalizados por não terem acolhimento em outros países. Uma vez que as relações internacionais e as conferências de controle climático são pautadas pelo individualismo -como ao estabelecerem metas de emissão para cada país, em detrimento de ações conjuntas-, não há um sentimento coletivo que une toda a humanidade, criando um cenário propício para a xenofobia, por exemplo, pois há a competição entre países, impedindo a receptividade para com os refugiados. Dessa maneira, evidencia-se que, por serem pautadas de modo geral, por preceitos neoliberais, as relações entre países dificulta a cooperação e agrava a situação dos refugiados.

Portanto, explicita-se que a crise dos refugiados ambientais perpassa o cenário criado pelo neoliberalismo. Assim, seja por punir mais gravemente os mais pobres, aumentando as desigualdades, ou seja por impedir a tomada de ações coletivas, a crise atual muito se aproxima da filosofia de Quincas Borba.

1.1.26. Nota 43 – Ingressante AC

O caso dos refugiados ambientais: vulnerabilidade social contínua

O filme "Avatar" mostra uma humanidade que, após esgotar os recursos naturais da Terra, passa a buscar outros planetas, como Pandora, para habitar. Ao contrário da ficção, contudo, aqueles que atualmente são deslocados de seus lares por desastres ambientais não possuem a assistência e a escolha dos cientistas e militares enviados à Pandora. Na realidade, o contexto atual torna a vulnerabilidade social - antes e depois desses desastres - inseparável dos refugiados ambientais.

Em primeira análise, antes de se tornarem refugiados ambientais, esses indivíduos já sofriam com vulnerabilidade social. Apesar do senso comum de que crises de refugiados são principalmente causadas por crises humanitárias como conflitos armados, grande parte dos refugiados e deslocados atuais são vítimas de crises climática. As mudanças climáticas, embora sejam responsabilidade de toda a sociedade, não a afetam na mesma proporção: países ricos, com mais recursos, são capazes de criar ações preventivas que reduzem danos causados por fenômenos como terremotos e furacões, enquanto países pobres, com menos recursos, apresentam uma vulnerabilidade econômica e social que os impede de fazer o mesmo, agravando os danos e fazendo com que sua população seja obrigada a sair das regiões afetadas. Um exemplo disso é a diferença entre terremotos ocorridos no Japão e aquele ocorrido no Haiti, em 2010: o Japão, por ter mais dinheiro - e com isso, prevenções - possuiu danos irrisórios frente a aqueles observados no Haiti (que é mais vulnerável financeiramente), mesmo que seus terremotos sejam, geralmente, mais intensos. Assim,

indivíduos em vulnerabilidade social têm mais chances de se tornarem refugiados ambientais.

Em segunda análise, após se tornarem refugiados ambientais, tais indivíduos continuam em situação de vulnerabilidade social. Considerando-se que a grande maioria deles é originada de regiões pobres, eles possuem poucas opções de refúgio. Com isso, entram em jornadas árduas, sem qualquer amparo, em busca de locais para trabalhar e morar, sem a certeza de que isso será concretizado. Nesse cenário, muitos são restringidos a áreas tão inviáveis e precárias quanto às de sua origem - mantendo-se em vulnerabilidade ambiental -, enquanto outros são recebidos em locais mais seguros, sob o ponto de vista climático, onde são tratados com hostilidade e desconfiança - voltando às margens da sociedade e mantendo-se em vulnerabilidade social. Prova disso é a xenofobia enfrentada por haitianos, deslocados pelo terremoto em 2010, ao chegarem ao Brasil em busca de uma vida mais estável, ao invés de serem recebidos com desejo de cooperação. Logo, os refugiados ambientais, nessa condição, continuam vulneráveis.

Portanto, a vulnerabilidade social torna os indivíduos mais propensos a se tornarem refugiados ambientais porque agrava os danos de desastres climáticos e também continua a acompanhá-los devido à marginalização sofrida por eles. Dessa forma, a situação de "Avatar" é pura imaginação.

1.1.27. Nota 42 – Ingressante EP-L3

Refugiado ambiental: entre a insensibilidade social e a desilusão xenofóbica

Desde a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, na Inglaterra, a dinâmica produtiva global passa por transformações surpreendentes, com o aumento do desenvolvimento tecnológico, a maior interatividade entre as nações e o crescimento urbano. Entretanto, juntamente aos avanços extraordinários, houve o progresso do consumismo e, conseqüentemente, a liberação de lixo e gases tóxicos ao meio ambiente. Esse cenário binário, de evolução e poluição, constitui a atualidade, marcada por fortes desastres naturais como terremotos, ciclones e alagamentos, frutos do processo industrial de exploração da natureza. Desse modo, milhares de comunidades são atingidas por essas calamidades, sendo obrigadas a se submeterem a condição de refugiadas ambientais, a procura de melhores condições de vida.

A priori, é fundamental enfatizar a insensibilidade da sociedade perante indivíduos mais pobres, pois os locais mais impactados por mudanças climáticas são regiões dominadas pela vulnerabilidade social. Isso pode ser visto pelo fato de que, segundo o Relatório Groundswell, do Banco Mundial, num total de 216 milhões de migrantes climáticos pelo mundo, 86 milhões são da África Subsaariana, lugar registrado pela pobreza, fome e precariedade. Assim, observa-se que o planeta ignora e desmerece civilizações necessitadas de assistencialismo. Isso ocorre por conta da atual dinâmica capitalista, a qual apenas estimula o lucro e a produtividade. Por isso, como defendido por José Saramago, em "Ensaio sobre a cegueira", os indivíduos estão cada vez mais apáticos perante os imbróglis enfrentados pelo outro. Dessarte, a civilização encontra-se desumanizada, ao priorizar apenas o lado monetário, ignorando a crescente alteração ambiental e o desastre avassalador de comunidades carentes.

A posteriori, é interessante refletir sobre as consequências geradas por esse refúgio ambiental negligenciado e as falsas expectativas criadas pelos migrantes. Diante do contexto deplorável dos desastres ambientais, as vítimas buscam melhores condições de vida nas nações vizinhas, submetendo-se a ocasiões perigosas para alcançarem a esperança. Todavia, esses sonhos não são concretizados, pois, aos migrantes chegarem nos novos países, enfrentam grande xenofobia, a qual dificulta a contratação de empregos, a socialização na nova cidade e a estabilidade emocional. Com isso, os refugiados são eternamente submetidos a um cenário árduo, no qual não possuem pátria, nem condições de vida dignas.

À luz das ideias supracitadas, infere-se que a industrialização colabora diretamente para o aumento das mudanças climáticas, responsáveis por milhões de refugiados. Ademais, o sistema capitalista alimenta esse processo, ao estimular a produtividade e a insensibilidade gananciosa perante os imbróglios humanos, como dissertado por Saramago. Com isso, a pobreza e a vulnerabilidade são altamente impactadas pelos desastres naturais e os refugiados, por sua vez, vítimas da xenofobia nos países que representavam-lhes esperança.

1.1.28. Nota 41,5 – Ingressante AC

Refugiados ambientais: vítimas do neoliberalismo e do individualismo

Perante a crise ambiental mundial, a ativista Greta Thunberg denuncia que, para além dos danos à fauna e à flora, há uma preocupação urgente que é, muitas vezes, negligenciadas pelas grandes potências: o aumento de refugiados ambientais. Nesse contexto, como critica Thunberg, essa parcela de refugiados, majoritariamente, pobre cresce a cada dia e sofre em condições de vulnerabilidade social, de modo que os refugiados ambientais são marginalizados por uma sociedade em que prevalece a deturpada lógica neoliberal e o individualismo.

Diante de condições sociais climáticas nocivas à sobrevivência, os indivíduos são forçados a emigrar do seu país de origem, porém, ao buscarem refúgio em potências mundiais, deparam-se com barreiras criadas pelo neoliberalismo, as quais inviabilizam o acolhimento desses grupos e os deixa totalmente vulnerabilizados. Na visão do geógrafo David Harvey, a hostil lógica neoliberal é a maior responsável pela crise ambiental e humanitária vigente, já que essa ideologia estimula comportamentos consumistas que geram grandes emissões de gases poluentes em prol do progresso e do capital, de forma que as demandas humanitárias, consequências desses atos irresponsáveis, são extremamente negligenciados por esse sistema. Nesse sentido, potências mundiais adeptas do neoliberalismo e, contraditoriamente, signatárias da Declaração Universal dos Direitos Humanos, evocam discursos absurdos sobre racionalismo e sobre conservadorismo econômico para justificarem seu descaso perante a situação dos refugiados ambientais, deixando-os em posição global de subcidadãos, conceito de Jessé Souza para designar a ausência de direitos fundamentais e a condição de marginalização social. Desse modo, o neoliberalismo usurpa a dignidade dessas vítimas.

Ainda no que se refere às estruturas que mantêm os refugiados ambientais em vulnerabilidade social, é notório como o individualismo, que permeia a modernidade, subjuga esse grupo, afinal, para o filósofo Zygmunt Bauman, na contemporaneidade, ocorre

o fenômeno da plena individualização do sujeito, de maneira que ele passa a viver em bolhas sociais, isolando-se do coletivo. Com base nessa análise, há a supressão da solidariedade coletiva no mundo contemporâneo e observa-se que, por conseguinte, os refugiados ambientais sofrem com a segregação social imposta pela sociedade individualista, que, com pensamentos e comportamentos xenofóbicos, inferioriza esses refugiados e dificulta que eles se estabeleçam em um novo país, a exemplo dos haitianos que se refugiaram no Brasil em decorrência de um ciclone o qual destruiu o Haiti e encontram dificuldade de serem empregados devido ao preconceito. Logo, a permanência do individualismo exclui os refugiados ambientais mundialmente.

A verdade, portanto, é que a deturpada lógica neoliberal, junto com o individualismo, gera a vulnerabilização social dos refugiados ambientais. Assim, enquanto as potências globais e as pessoas não se responsabilizarem pela crise ambiental e acolherem as vítimas desse cenário, os refugiados ambientais permanecerão subcidadãos marginalizados.

1.1.29. Nota 41 – Ingressante EP-L3

Humanidade Refugiada

Diversas são as obras do artista Cândido Portinari que retratam a questão dos retirantes fugidos da seca no nordeste brasileiro. De forma análoga, observa-se fora das telas a existência de muitos povos que também são afetados por desastres naturais. Tal problema é consequência direta do sistema produtivo em vigor, o qual silencia essa realidade, mantendo os chamados refugiados ambientais submetidos à extrema vulnerabilidade.

Em se tratando das causas desse problema contemporâneo, atrelados às mudanças climáticas, é fato o protagonismo do modelo capitalista atual. Desde a Revolução industrial, a concentração dos chamados gases do efeito estufa tem aumentado, o que é acelerado na contemporaneidade em virtude do intenso ritmo de produção pouco sustentável. A ideia predominante de progresso a todo custo é a base para um modelo predatório de exploração da natureza, que, a curto e a longo prazo, a deteriora e conseqüentemente, ondas de refugiados ambientais são desencadeadas. Assim, estando relacionado às mudanças e desastres ambientais, efeitos da ideia de progresso questionável, a solução do problema requer urgentes mudanças no modo de produção atual, que visem um desenvolvimento mais responsável e a atenuação de desigualdades, uma vez que, conforme afirma Ulrich Beck em sua obra "Sociedade de risco", o capitalismo desenfreado é insustentável pela humanidade.

Embora as mudanças climáticas sejam um problema global, regiões mais pobres são as mais afetadas pelo problema dos refugiados ambientais, de modo que a gravidade da questão é silenciada. De acordo com dados do Banco Mundial, há uma concentração desse cenário em áreas subdesenvolvidas, a exemplo do Sahel, onde a população local enfrenta a desertificação, desequilíbrio ambiental que acarreta problemas econômicos e sociais, como os refugiados. Por mais que essa realidade seja alarmante, dá-se pouca atenção, de forma que os povos afetados tornam-se cada vez mais negligenciados e constantemente submetidos à violência decorrente do desespero e do desamparo. Desse modo, é evidente que a mudança dessa realidade de vulnerabilidade social é adiada devido ao fato de não

afetar na mesma intensidade, por ora, potências globais e por serem necessárias ações que vão contra à máxima obtenção de lucro dessas.

Em suma, a situação dos refugiados ambientais em vulnerabilidade social é alarmante. Trata-se de um efeito das estruturas do sistema, que intensifica o problema ao não conferir ajuda àqueles mais afetados pelas políticas de desenvolvimento deste. Assim, o capitalismo torna-se algoz dessas populações e de toda a humanidade de modo geral, na medida em que, pouco a pouco, tal problema será irreversível

1.1.30. Nota 41 – Ingressante EP-L3

Refugiados ambientais: entre a destruição e a vulnerabilidade

“As florestas precedem os homens e os desertos os sucedem”. Esta declaração de François-René de Chateaubriand explicita a relação destrutiva que a humanidade desenvolve com o seu entorno. Dessa forma, o advento da industrialização trouxe consigo a intensificação da destruição do ambiente, que, ao destituir trabalhadores de moradia e de meios de subsistência, transforma-nos em refugiados ambientais, em aguda situação de vulnerabilidade social.

Com a Revolução Industrial e o consequente advento do burguesia, as relações entre sociedade e meio natural passaram a ser norteadas pela acumulação e reprodução do capital. Assim, a lucratividade se tornou fator determinante da intensidade de exploração da natureza. Entretanto, os reflexos dessa mercantilização do meio-ambiente foram, para além da lucratividade, a sua devastação e a intensificação de catástrofes naturais. De fato, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), fenômenos como os incêndios florestais que forçaram a fuga de milhares de habitantes do Oregon em setembro de 2020 devem, devido às emissões de gases-estufa, se tornar cada vez mais frequentes. Finalmente, a deterioração da qualidade de vida de populações afetadas por catástrofes naturais as transforma em refugiadas.

Ademais, ao competir com as populações locais por empregos, os refugiados acabam marginalizados, em situação de vulnerabilidade social. Em “A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, Friedrich Engels aborda em detalhes como a competição entre refugiados irlandeses e ingleses por empregos, conforme os ditames da oferta e da demanda, diminuiu os salários na indústria. Assim, desenvolveu-se uma aversão duradoura aos irlandeses, que acabaram marginalizados. De fato, o tratamento dispensado nos irlandeses, vítimas de uma catástrofe que dizimou plantações, se estende aos demais refugiados ambientais, que também se encontram marginalizados nos países que os acolhem, ocupando empregos precários. Finalmente, a competição por meios de substância deixa refugiados ambientais em aguda situação de vulnerabilidade social.

Infere-se, portanto, como a mercantilização dos recursos naturais intensifica as catástrofes naturais que formam refugiados ambientais. Assim, ao competirem com a população local, acabam ocupando postos precários e marginalizados, sem amparo.

1.1.31. Nota 40 – Ingressante EP-L3

Mudanças climáticas, xenofobia e crimes sociais: o campo de guerra atual

A vitória de Palha e de Sofia sobre Rubião, no livro *Quincas Borba*, é a transposição do princípio darwinista – o qual legitima a sobrevivência dos mais aptos – para o contexto moral e humano. A partir disso, o humanismo, filosofia que satiriza essa transposição na obra, corrobora e justifica as chamadas do egoísmo, mostrando como pode ser fácil os crimes sociais uma vez encontrado um sistema propício para englobá-los: a guerra, nesse caso, é a única forma de selecionar as tribos mais aptas, destruir as mais fracas e concentrar nas primeiras todas as batatas. Por isso, ao seguir esse raciocínio, a sociedade institucionaliza tal batalha, já que, rodeados pelo protagonismo Neoliberal, refugiados ambientais – vitimizados pelos distúrbios do clima – lutam contra um meio seletivo que os de desampara acerca de suas vulnerabilidades.

Esse cenário se cristaliza tendo em vista que o ambiente e o ser são vilipendiados em torno da atual lógica neoliberal. A partir do momento em que a economia passa a ter mais importância em detrimento da morte de milhares de vidas destruídas pela disseminação do coronavírus, conforme se observou no governo do ex-presidente Bolsonaro, entende-se a aceitação de crimes patrimoniais por trás dos campos neoliberais: o lucro e a produtividade margeiam as relações dos indivíduos, de modo que a própria vida humana e a ambiental são relegadas ao desdém. Em razão dessa atmosfera destrutiva, a emissão de gases estufa por indústrias poderosas acentua os desequilíbrios ambientais, como o aumento do nível do mar, e, a migração de povos vitimizados por esses distúrbios, por sua vez, reforça a beligerância hodierna: imersos em uma batalha pela sobrevivência, refugiados de países pobres deslocam-se em busca de alimentos e de moradias distantes de desabamentos e de enchentes, enquanto a administração governamental permanece em sua guerra, sem adotar medidas suficientes que contornem essa situação.

Essa má condução pública, por outro lado, é facilmente encontrada no desamparo aos deslocados. Embora muitas famílias migrem à procura de melhores condições sociais, seja por motivos climáticos, principalmente, seja pela fuga de guerras, como a atual, na Ucrânia, são poucas pessoas, contudo, que se adequam às novas circunstâncias. Isso se dá porque o choque entre as realidades, muitas vezes, insere-se como um obstáculo para que transeuntes desterrados vençam as chamadas sociais e usufruam, entre os que carregam o título de mais apto, as batatas da vida. Como consequência dessa seleção trucidante, muitos ainda, enfrentam o preconceito e a xenofobia cultural, de modo que a posse de trabalhos assalariados em países europeus, por uma pessoa estrangeira, é vista como ameaça para os cidadãos do norte esférico. Assim, há um desamparo em torno daqueles que enfrentam o refúgio como solução.

Portanto, povos desterrados são margeados pelo espectro do neoliberalismo atual. A produtividade e o lucro permeiam as relações hodiernas, e o ambiente padece como consequência dessa seletividade. O refúgio, para muitos, é o caminho a se seguir, mas a luta pela vida enfrenta percalços que a assemelham a um campo de batalhas.

1.1.32. Nota 40 – Ingressante EP-L3

Refugiados Secos

No livro “Vidas Secas”, Fabiano e sua família, diante da seca e da miséria gerada por ela, se veem obrigados a migrar em busca de melhores condições de sobrevivência. Analogamente, em todo o mundo, milhões de pessoas têm se deslocado em decorrência dos problemas sociais gerados por uma profunda crise ambiental. Isso acontece porque, em uma sociedade marcada por um estilo de vida devastador da sociedade, o clima é afetado, o que acarreta uma condição de vulnerabilidade social aos indivíduos, gerando refugiados ambientais.

Primeiramente, o estilo de vida devastador da sociedade contemporânea afeta o clima. O modo de vida capitalista vigente se baseia na intensa busca pelo consumo. Com isso, os recursos naturais passam a ser explorados em proporções maiores do que deveriam, a fim de suprir as ambições das pessoas, o que é visto nas jazidas de minérios, que são usadas até o esgotamento para a produção de metais utilizados como matéria-prima a indústria. A partir disso, o planeta tem acumulado os resíduos dessa intensa exploração, os quais geram prejuízos para o clima, como gases CO₂ e SO₃, por serem poluentes e reagirem com outros componentes da atmosfera, formando, por exemplo, a chuva ácida é agravando o efeito estufa. Também, essas ações destroem florestas, que são fontes de umidade produzindo chuva, e a falta delas promove terríveis fenômenos climáticos como a desertificação, que tem acontecido com a região da Caatinga no Nordeste Brasileiro. Dessa forma, entende-se que o modo de vida devastador afeta o clima.

Consequentemente, é estabelecida uma condição de vulnerabilidade social aos indivíduos, a qual gera refugiados ambientais. O estilo de vida consumista é tão sedutor que cega os indivíduos para que não enxerguem suas consequências no mundo. Assim, com essa negligência, os problemas climáticos se intensificam cada vez mais, levando à ocorrência de desastres naturais decorrentes da alteração climática, como furacões e intensas chuvas. Como resultado disso, a população é afetada, seja por ter suas casas destruídas por tempestades, seja pela fome gerada pela seca, promovendo um cenário de vulnerabilidade social. Desse modo, as pessoas que vivem em regiões de risco ou de seca, que geralmente são as mais pobres e marginalizadas, se encontram em uma condição de necessidade de deslocamento para garantir a sobrevivência, gerando a maior crise de refugiados do mundo: a dos afetados pelos desastres ambientais. Prova disso são os inúmeros residentes de Petrópolis, que se deslocaram nos últimos anos em decorrência das chuvas intensas que causaram deslizamentos, colocando-os em perigo. Sendo assim, o estilo de vida leva os indivíduos à condição de vulnerabilidade social, que gera refugiados ambientais.

Portanto, nota-se que o clima é afetado pelo estilo de vida devastador da sociedade, e que a consequência disso é a condição de vulnerabilidade social dos indivíduos, que gera refugiados ambientais.

1.1.33. Nota 40 – Ingressante AC

Capitalismo: promotor de tragédias ambientais e humanitárias

Entre os séculos XVIII e XIX, houve a Revolução Industrial, que foi o início das mudanças climáticas, já que o combustível utilizado emitia gases estufa — os quais causam aquecimento global — e, também, gerava poluição. Nesse contexto, apesar dos avanços tecnológicos, os frutos do capitalismo não deixaram, até hoje, de desgastar o meio ambiente,

o que culminou nas catástrofes climáticas de origem antropológica, como desertificação e elevação do nível do mar, criando crises humanitárias. Assim, evidencia-se que as causas do surgimento de refugiados estão fortemente relacionadas ao capitalismo, que é motor de ainda maior vulnerabilidade social para esse grupo. Além disso, a despeito de tamanhas tragédias, pouco é feito contra isso, uma vez que em um mundo onde impera a mentalidade burguesa, isso é sinônimo de freio à máquina geradora de riqueza.

Perda do lar, de entes queridos, de estabilidade e da saúde: esses são alguns dos efeitos de um desastre ambiental. Desse modo, qualquer refugiados ambiental já está em condição de vulnerabilidade. No entanto, a realidade construída pela Revolução Industrial trouxe maior fator de insegurança a essas pessoas, devido à reificação, que consiste na objetificação do homem, que vende seu corpo e seu tempo para que lhe seja conferido valor segundo critérios capitalistas. Segue-se, portanto, que de acordo com tal paradigma — descrito pelo filósofo Karl Marx —, os refugiados não possuem qualquer dignidade nessa sociedade burguesa, pois sequer têm estrutura para comercializarem a si próprios. Então, como corpos reificados inúteis à máquina capitalista, são descartados como objetos desfuncionais, de modo que ficam completamente desamparados, coroando a desumanização do processo analisado por Karl Marx na Revolução Industrial.

Ademais, a situação dos refugiados ambientais tem a tendência de piorar, dado o relatório de Groundswell, divulgado pelo Banco Mundial, aponta, na projeção para 2050, que a maior concentração desse grupo se dá na África Subsaariana. Como essa região não é de interesse burguês, porque não apresenta vantagens financeiras, os detentores de capital continuarão prejudicando o meio ambiente sem se importar com as consequências, do mesmo modo com que fazem desde a Revolução Industrial. Por conseguinte, se os Governos não advogam em favor dos refugiados climáticos, esses ficarão cada vez mais socialmente vulneráveis, conforme as mudanças climáticas avançam. Enfim, como os principais lugares afetados não estão em território atrativo aos burgueses, e seus Governos, muitas vezes, buscam a amizade com os capitalistas, ao invés da luta por seu povo, as condições dos afetados pela crise ambiental tendem à maior insegurança.

Portanto, à luz do exposto, fica patente que a Revolução Industrial foi causa das mudanças climáticas, que hoje geram refugiados. Também nota-se que, na atualidade, a mentalidade burguesa é motor de grande vulnerabilidade social desses refugiados, tanto devido à reificação das pessoas quanto à sua omissão frente às tragédias climáticas.

1.1.34. Nota 40 – Ingressante AC

A Busca por um lugar sem problemas socioambientais

Na pintura "Retirantes", Candido Portinari expõe a realidade de milhares de nordestinos que são obrigados a fugir de um sertão marcado pela seca, pela infertilidade da terra e pela ausência do Estado. Transgredindo o cenário brasileiro, a obra adquire caráter universal, ao abordar a dor, o sofrimento e o sentimento de perda que milhões de retirantes vivenciam devido aos desequilíbrios ambientais. Sem o auxílio estatal, sem recursos naturais básicos para a vida e sem dignidade, resta a esses vulneráveis sociais a busca por melhores condições de vida em um mundo contemporâneo baseado na exploração, na desigualdade e no preconceito.

Não é atoa que as regiões que mais produzem refugiados no mundo são aquelas que mais foram exploradas durante o colonialismo e o neocolonialismo europeu. Afinal, essas nações europeias, sob a concepção de que o lucro está acima da preservação da vida, exploraram as regiões da América, da África e da Ásia, retirando as riquezas desses lugares e deixando-as sem o aparato estatal adequado para lidar com os problemas socioambientais, reforçando a desigualdade entre os continentes. Enquanto a Flórida possui cômodos subterrâneos que protegem os moradores dos furacões, a Ásia possui a destruição. Enquanto o Japão possui prédios que suportam os terremotos, o Haiti possui os escombros. Enquanto Israel possui modernos tanques de dessalinização, a região do Cáucaso tem a sede. Os desastres naturais podem até ser imprevisíveis, mas proteger os cidadãos desses problemas é papel do Estado, de acordo com a concepção Keynesiana. No entanto, falta aos países colonizados um Estado que os proteja, visto que não foram construídos pelos exploradores. Enquanto os países colonizadores se protegem, os países colonizados sofrem.

Diante da destruição e da vulnerabilidade, esses retirantes fogem de sua terra natal em busca de melhores condições de vida em países desenvolvidos, mas o que encontram é o preconceito, a discriminação e a xenofobia. Como afirma o filósofo camaronês Achille Mbembe, o europeu construiu a concepção de que africanos, asiáticos e americanos são inferiores, de forma que essa noção fosse incrustada no imaginário coletivo dos países colonizadores. Assim, essa concepção ainda existe no mundo contemporâneo, fazendo com que diversas nações fechem os olhos e as portas para os refugiados ambientais. Sem o caminho para voltar, esses refugiados são obrigados a entrar ilegalmente nesses países, vivendo em condições insalubres e às margens da sociedade.

A verdade é que o real problema dos refugiados naturais não são os desastres naturais, mas sim a falta de amparo. Oriundos de países colonizados, explorados e marginalizados, os retirantes aguardam um lugar que os possa acolher. Um lugar sem exploração, sem desigualdade e sem preconceito.

1.1.35. Nota 39 – Ingressante AC

A falta de atenção e de cooperação com os refugiados

O presidente do Estados Unidos, Joe Biden, afirmou que, ao estabelecer o seu primeiro contato com o Pentágono-órgão de defesa americano-, foi informado sobre o fato de que a mudança climática seria a maior guerra a ser enfrentada, pois traria milhares de refugiados ambientais. Essa questão é um problema não só da nação de Biden, mas de qualquer Estado, especialmente os ricos, visto que são os principais responsáveis por desastres naturais recentes-tal qual o aquecimento global. Consequentemente, constata-se como a visão inadequada acerca da necessidade de cooperação em nome do ambiente causa o agravamento da destruição do mundo e, por isso, agrava-se a vulnerabilidade social.

Essa percepção errônea sobre a seriedade da união global em função do meio ambiente, principalmente em países ricos, piora a fragilidade nos países pobres. Tal visão reducionista acerca das questões humanitárias é uma tendência, segundo Jean Baudrillard, célebre sociólogo, o qual afirma que diversas crises são enxergadas como pouco graves por não atingirem a elite das sociedades. A exemplo disso, durante o mandato de Donald Trump,

ex-presidente americano, o governante disse que preferia priorizar a indústria nacional sobre a redução de gases poluentes e, então saiu do Acordo de Paris-cooperação mundial pela diminuição do lançamento de agravantes do efeito estufa. Nesse sentido, por ser um dos Estados mais abastados do planeta, consegue-se, na esfera nacional, mobilizar recursos para lidar com mudanças climáticas e, assim, ignora-se os efeitos sobre os refugiados ambientais em vulnerabilidade social-presentes em maior parte nos(sic) países desfavorecidos economicamente. Logo, percebe-se a política de Biden como um passo fundamental na mudança da lógica reducionista seguida por Trump.

Além disso, os refugiados ambientais, já fragilizados pela vulnerabilidade social em que estão, são hostilizados pela xenofobia, o que evidencia a falta de cooperação. Isso é nítido na migração forçada que ocorreu de haitianos para o Brasil depois de um grande terremoto- o qual gerou crise econômica e política-, dado que, fora o preconceito étnico, encontraram péssimas condições de trabalho. Nesse contexto, evidencia-se a desumanidade de grande parte da população dos locais de recepção e, ainda, a falta de preparo para acolher tais indivíduos. Por conseguinte, ao buscarem melhores condições de vida, continuam marginalizados.

Os refugiados ambientais, portanto, são vítimas de uma vulnerabilidade social, que continua ao migrarem para novos países, e de uma visão reducionista sobre os efeitos das crises naturais. Por fim, identifica-se a atenção de Biden ao problema como emergencial.

1.1.36. Nota 37 – Ingressante PPI-L4

Descarte estatal e individualismo seletivo

No século XX a comunidade internacional designou pela primeira vez as mudanças climáticas e suas consequências como um fenômeno prejudicial e de relevância global, visto a formação de inúmeras conferências do clima. Modernamente, posterior a investimentos e pesquisas tornou-se factual a relação direta entre o modelo econômico predatório vigente e a formação de crises climáticas, evidenciando, o fenômenos dos refugiados do clima e como a vulnerabilidade - também produto do sistema- se relaciona com a crise migratória.

Em primeiro plano é indubitável que a contemplação dos valores econômicos sobre os valores humanitário é uma razão propulsora da crise migratória em função do clima. Em uma sociedade de mercado, em que grandes corporações conseguem subordinar ações estatais e o lucro é sempre visto como fim, o não rentável, que consagra as necessidades da população é colocada em xeque. A exemplo disso, pode-se citar a própria formação histórica sócio-econômica brasileira, enquanto grupos abastados de cafeicultores do sudeste detinham controle da máquina pública por meio da política "café com leite", outra parte da população, sobretudo, nordestina que não possuía benefícios para abater toda crise migratória da seca e da falta de oportunidades, foi necessária portanto recorrer ao refúgio climático.

Em segundo plano é notável a forma que a vulnerabilidade social determina os refugiados do clima. Do mesmo modo que quando uma crise ocorre em determinado local, seja qual for sua natureza, sempre a camada mais vulnerável socialmente é a mais prejudicada. Em consonância ao filósofo Michael Foulcalt, na sociedade de mercado as relações interpessoais são regidas com maestria pela conveniência mercantil. Nesse

diapensão, as relações humanas solidárias caracterizam-se somente quando o necessitado pode contribuir de alguma forma para o beneficiador. Sendo assim, os refugiados climáticos, majoritariamente constituído por aqueles que não tem status financeiro e social.

A luz do exposto pode-se compreender que o fenômeno do refugiados do clima, tem fatores que se complementam e juntamente potencializam a sua ocorrência, seja pelo descarte estatal enlaçado com o sistema neoliberal vigente, seja pelo individualismo moderno que também é produto do modelo econômico hodierno.

1.1.37. Nota 36,5 – Ingressante EP-L3

A lógica capitalista excludente

No livro *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, uma família do nordeste brasileiro é retratada fugindo de sua região. Diante do atual cenário divulgado pelo relatório da ONU, em 2021, sobre as mudanças climáticas já serem inevitáveis, há o maior risco das famílias serem vítimas dos impactos ambientais, assim como sofre a família da ficção. Nesse sentido, a exploração predatória dos recursos ambientais e a desigualdade econômica entre os países, fruto do capitalismo, são geradores de refugiados ambientais e vulnerabilidade social.

Vale ressaltar que a lógica capitalista de utilizar até o esgotamento os recursos naturais acarreta refugiado. Isso se dá devido à natureza possuir recursos finitos e, usufruem-se destes até o fim, desenvolvendo-se prejuízos irreversíveis. Como afirma o ambientalista Ailton Krenak, o modo de vida vigente coloca a natureza como um objeto para enriquecer e não de forma sustentável, como os povos originários realizavam. Desse modo, a falta de equilíbrio entre o consumo de matéria prima e a reestruturação ambiental provoca um desequilíbrio ambiental, seja pela escassez hídrica ou solo inférteis. Essas consequências impactam a vida de famílias que possuíam como fonte a extração da matéria prima local é as forçam a migrarem em busca de outra terra para usufruir. Logo, esse deslocamento forçado pela falta de recursos necessários decorrente da exploração excessiva os fazem refugiados ambientais e vulneráveis sociais.

Além disso, o princípio capitalista de segregar os países centrais, da Divisão Internacional Do Trabalho, dos países periféricos proporciona refugiados nestes países. Seguindo o conceito de "Mais Valia", de Karl Marx, sobre o qual destaca a exploração do proletariado em prol do enriquecimento burguês, os países centrais visam o acúmulo de capital usufruindo dos periféricos. Tal analogia decorre do baixo valor agregado dos commodities produzidos pela periferia e do alto valor dos produtos industrializados dos países centrais. Dessa forma, a diferença de acúmulo do capital desenvolve impactos mais severos naqueles que não conseguem capital capaz de implementar tecnologias que amenizem as mudanças, ou seja, os periféricos. Com isso, a distribuição desigual das riquezas ocasiona refugiados ambientais e vulnerável social nas periferias.

Portanto, devido à atividade predatória da natureza e à disparidade econômica dos países, ambos consequências da lógica capitalista vigente, há uma inevitável presença de refugiados e vulneráveis sociais. Com isso, situações como a retratada em "*Vidas Secas*", se tornaram mais presentes no mundo contemporâneo.

1.1.38. Nota 34,5 – Ingressante AC

A fragilidade decorrente do choque de realidade e do esquecimento

Na animação “O Lórax” é retratada a derrubada de uma floresta, por um jovem empreendedor, e a poluição gerada pelo desmatamento, o que força os animais que a habitavam originalmente a se retirarem do espaço. Após o desastre natural, o local passa a ser ocupado por humanos, no entanto, a fauna da região é esquecida pelas pessoas e não retorna ao seu habitat. De maneira similar à ficção, desastres naturais são responsáveis pelo deslocamento de milhões de pessoas anualmente, que, ora por não se encaixarem à nova situação do local de destino, ora pelo esquecimento estatal, sofrem um processo de fragilização social.

Sobre a diferença na realidade, ela é uma das principais causadoras fragilidade social dos refugiados. Decorrente de um processo histórico de ocupação de regiões mais favoráveis para a instalação humana, os índices de desenvolvimento regionais são desiguais dentro de um país, em que as áreas mais pobres tendem a desenvolver o setor primário, enquanto as mais ricas, o secundário e terciário. Porém, os habitantes dos locais menos abastados, geralmente, não apresentam a especialização necessária para atuar em atividades que não estejam relacionadas à agropecuária, assim, ao migrar para os grandes centros urbanos de seus países, acabam por ficar em situações de fragilidade social. Esse processo é evidente no caso indiano, em que, anualmente, devido às monções – fenômeno de chuvas torrenciais gerado pelo movimento das massas de ar – ocorre o deslocamento de pessoas das planícies alagadas para os planaltos, os quais apresentam cidades desenvolvidas como Mumbai e Nova Délhi. Porém, esses centros urbanos apresentam o setor de telecomunicações como principal atividade econômica, o que acaba por fragilizar os camponeses que não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Devido a essa marginalização, o grupo é forçado a retornar para as planícies, que se tornam férteis no período das secas, para garantir o seu sustento. Assim, fica evidente como a diferença nas atividades regionais fragiliza os grupos migrantes.

Além disso, esse enfraquecimento é agravado pela negligência estatal. A principal causa desse fenômeno decorre da necessidade que um país apressado tem de manter todas as suas regiões povoadas, o que não abre espaço para a inserção de deslocados nas áreas mais desenvolvidas, pois essa migração agrava tanto o vazio demográfico, quanto os problemas gerados pelo excesso de população, não sendo benéfica do ponto de vista administrativo. Isso é ilustrado pela transposição do rio São Francisco, cujo principal objetivo é a melhora nas condições de vida e desenvolvimento do sertão nordestino, a fim de evitar o movimento dos retirantes, fugindo da seca, para o centro-sul, uma vez que a região da catinga já é pouco povoada, enquanto o sudeste brasileiro é marcado por cidades – a exemplo: São Paulo e Rio de Janeiro – macrocefálicas, que apresentam crises, como as de mobilidade urbana e as de superlotação de hospitais, devido ao elevado contingente populacional. Contudo, o resultado desse processo é a fragilização dos grupos que se deslocam, pois não recebem o auxílio do governo para serem inseridas no mercado de trabalho, o que se reflete no fato de que profissões informais ou de baixa remuneração – pedreiros, faxineiros, garis, entre outros – são ocupadas, majoritariamente, por nordestinos.

Dessa forma, graças a uma falta de colaboração governamental, a fragilidade dos migrantes é intensificada.

Portanto, da mesma forma que em “O Lórax”, os migrantes são esquecidos na sociedade. Esse processo leva à fragilização desse grupo por não se encaixar na realidade do destino, a qual é agravada pela negligência estatal.

1.1.39. Nota 33 – Ingressante EP-L3

Vida ameaçada

Dentro da dinâmica global atual, pode-se afirmar que a lógica capitalista exploratória é a predominante em relação aos mais diversos setores. Isso se reflete tanto em relação ao desgaste ambiental, de forma geral, e ao intenso desmatamento quanto em relação aos problemas gerados por isso, uma vez que, com as mudanças climáticas, são causados prejuízos, especialmente, aos indivíduos já excluídos da Nova Ordem Global. Assim, muitos habitantes de regiões já pobres acabam sofrendo as consequências de um suposto desenvolvimento que sequer os abrange. Obrigados a buscar melhores condições, são formados grandes contingentes de refugiados ambientais, os quais, muitas vezes, ainda são hostilizados em seus novos destinos.

Essa exploração desregulada pode ser associada à “Ética da Responsabilidade”, proposta pelo pensador Hans Jonas, que afirma que o uso da natureza deve ser feito de modo consciente para possibilitar a vida das futuras gerações. A divergência a esse princípio pode ser notada nos tempos atuais, uma vez que muitas potências econômicas priorizam o lucro acima de tudo e desconsideram o restante. Exemplo disso foi o caso do ex-presidente estadunidense Donald Trump, que retirou seu país do Acordo de Paris, o qual apresenta grande relevância para a redução das mudanças climáticas, diante da alegação de que isso prejudicaria a economia norte-americana. Posicionamentos como esse refletem um pensamento mercadológico no qual a única preocupação é a obtenção de dinheiro, já que as consequências climáticas são direcionadas, na atualidade, aos considerados secundários diante dessa visão econômica e é desconsiderado o fato de que, no futuro, todos serão extremamente prejudicados e, não somente o lucro, mas a vida estará ameaçada.

Isso ressalta o fato de que convenções e acordos climáticos deveriam ser priorizados e aprimorados, diferentemente do que acontece atualmente, já que ocupam segundo plano. Isso porque, primeiramente, devem ser interrompidos os crescentes danos ambientais, mas, de forma conjunta, é necessário que ocorra uma mudança no pensamento global. Ações efetivas devem ser realizadas, nesse sentido, para a redução dos estigmas associados à população refugiada, de forma a criar uma rede de apoio mútua. É essencial que seja diferente da realidade atual, na qual ocorre um acolhimento seletivo e xenófobo. Refugiados europeus da Guerra da Ucrânia, por exemplo, foram recebidos em locais que, historicamente, desprezam africanos e latino-americanos, diante de um racismo disfarçado por um sentimento de pertencimento. Assim, a partir do momento em que ocorre um movimento coletivo, as ações podem ser melhor direcionadas no combate à intensificação do efeito estufa e do aquecimento global, por exemplo, e poderiam ser reduzidas as ocorrências de eventos extremos e a necessidade de ajuda.

Fica evidente, portanto, que a lógica capitalista atual causa o aumento da exploração da natureza, fato que intensifica a ocorrência de desastres naturais, responsáveis, por sua vez, pelo grande número de refugiados naturais e da consequente vulnerabilidade social, a qual afeta, especialmente, os mais pobres do cenário atual.

1.1.40. Nota 32 – Ingressante PPI-L4

O homem como parte do Planeta

Diferentemente do início da industrialização humana, no século XVIII, nas últimas décadas a preservação ambiental e a sustentabilidade têm sido assuntos recorrentes na sociedade, mediante a diversos desastres ambientais como enchentes e escassez de água potável. Nesta perspectiva, é possível correlacionar essa novidade contemporânea com a relação nutrida entre ser humano e o planeta. Desta forma, torna-se coerente discutir a situação dos refugiados ambientais e sua vulnerabilidade social uma vez que a ideologia neoliberalista e o retrato social do livro “Vidas secas” são assuntos vitais nesse cenário.

De início, é válido destacar a responsabilidade de ideologias neoliberais sobre as transformações humanas e climáticas hodiernas. Com isso é possível relacionar essa ideologia, que dita a “posse “do ambiente, com os refugiados e o seu afastamento do bem-estar cívico uma vez que a natureza se enquadra apenas como fonte de extração e não como parte intrínseca da espécie humana. Desta maneira, no momento em que a sociedade não garante ao ser humano seu espaço de “ser” parte do meio ambiente a fim de “ tê-lo”, o ser diante ao desequilíbrio ambiental se torna sujeito ao risco de êxodo. Prova disso recaí no fato de que, segundo Jonh Piper, a marca da sociedade de consumo é a recusa do “ser” para “ter”, não sendo respeitada a ligação humana com a natureza.

Ademais, cabe ressaltar as consequências causadas a interação humana com o meio, diante o seu não pertencimento a determinado espaço, Sendo assim, tem-se como exemplo disso a desumanização dos personagens do livro, de Graciliano Ramos, “Vidas Secas”, que está encolhida com o despertencimento tanto social como do espaço, que não os dá condições de vida, algo propiciado pela segregação pré-existente imposta pelo capitalismo, como descrito por Marilena Chauí, em que os marginalizados são aqueles menos abastados. Desta forma, fica clara a vulnerabilidade social que determina e acompanha o refugiado.

Portanto, conclui-se que o estado de refugiado é originário do distanciamento humano da natureza, sendo uma consequência da irresponsabilidade da sociedade com o meio. Assim, torna-se necessária a compreensão e reparo da relação de ser parte do planeta, como humanos, a fim de alcançar o bem-estar.

1.2. Redações ENEM

1.2.1. Nota 980 – Ingressante EP-L1

O movimento modernista brasileiro, cujo marco inicial foi a Semana de Arte Moderna de 1922, teve como um de seus objetivos valorizar a cultura e a história dos povos tradicionais do país. Contudo, na contemporaneidade, nota-se que essa busca tem gradualmente se perdido, sobretudo em função de um sistema educacional historicamente deficiente nesse sentido, o que implica o favorecimento do extermínio material e cultural dessas populações. Assim, cabe uma intervenção imediata do poder público com vistas a encerrar tais mazelas.

Sob essa conjuntura, convém, a princípio, esclarecer como o modelo educação brasileiro contribui para a manutenção do quadro descrito. Conforme aponta a historiadora Lilian Schwarcz no livro "Brasil: uma biografia", as ementas das disciplinas de História e Geografia são, desde o séc. XIX, marcadas por traços etnocêntricos, priorizando, então, a abordagem da cultura europeia em detrimento do ensino sobre as comunidades tradicionais, que são, frequentemente, retratadas de forma superficial ou mesmo esteriotipada. Dessa forma, os alunos tendem a conceber uma noção equivocada dessas nações, permanecendo, por conseguinte, alheios à relevância delas para a constituição histórico-cultural do Brasil, refletida na língua e na arte, por exemplo.

Consequentemente, tem-se o agravamento do aniquilamento físico e cultural desses povos. Constata-se que diversas populações tradicionais, especialmente indígenas e quilombolas, são vítimas de um histórico extermínio decorrente de conflitos com garimpeiros e grileiros, que buscam se apropriar das terras garantidas pela Constituição Federal a esses povos. Isso é em parte estimulado pela inação da sociedade civil, que, ao não reconhecer a importância dessas comunidades, pouco se mobiliza para frear sua matança. Por essa razão, ocorre um processo denominado pelo sociólogo Boaventura de Souza como "epistemicídio", que consiste na destruição dos traços culturais de uma comunidade e que atinge gravemente as nações tradicionais, como resultado da morte de seus constituintes, a qual impede a reprodução de sua cultura e reduz a diversidade étnica do país.

Portanto, compete ao Ministério da Educação, principal órgão responsável por assegurar a qualidade da educação brasileira, promover o ensino acerca da histórica e da cultura dos povos tradicionais, por meio da reformulação da ementa das disciplinas de Ciências Humanas. A nova grade curricular deve ser elaborada em conjunto com entidades representantes dessas comunidades. Com essa medida, espera-se estimular a valorização das nações tradicionais e, dessa maneira, incitar a ação da sociedade civil no sentido de impedir a violência contra elas e o seu epistemicídio.

1.2.2. Nota 980 – Ingressante AC

O geógrafo Milton Santos defende que a cidadania, em um país, só é efetiva quando os direitos constitucionais são estendidos à totalidade do corpo social. Consoante a esse pensamento, o Brasil é um território onde não há tal efetividade, haja vista que muitos povos tradicionais encontram-se marginalizados das normas previstas pela Constituição Federal.

Assim, é crucial combater as principais causas desse desprezo pelas comunidades originárias: o ideal individualista proveniente do capitalismo e a falibilidade da educação nacional.

Primeiramente, é relevante destacar que o egoísmo capitalista dificulta a proteção das populações tradicionais do Brasil. Nesse sentido, o autor Christoher Narsch, em seu livro ""A cultura do narcisismo"", defende que a sociedade contemporânea é marcada por uma mentalidade narcísica que legitima a apropriação e a destruição do meio-ambiente em prol do desenvolvimento humano. Dessa maneira, os brasileiros, em geral, aceitam passivamente que os indivíduos que vivem na natureza e por ela nutrem sentimentos de pertencimento e de reciprocidade, como índios e quilombolas, por exemplo, sejam removidos de seus lares por forças do capital. Logo, enquanto a ganância prevalecer sobre a empatia, os grupos originários estarão ameaçados.

Além disso, o sistema educacional falha em fazer a população urbana compreender o real significado dos abusos sofridos pelas famílias minoritárias. Sob esse prisma, convém ressaltar que as instituições de ensino somente apresentam disciplinas teóricas, que são incapazes de demonstrar o valor afetivo, cultural e religioso que a terra possui para tais indivíduos. Nesse contexto, as escolas, ao assumirem uma postura que o sociólogo Georg Simmel nomeia como ""atitude blasé"", ou seja, uma inércia diante da problemática, facilitam sua perpetuação, pois não estimulam a ação transformadora de seus alunos. Em suma, a ineficácia educacional é um obstáculo para a preservação das comunidades tradicionais.

Portanto, é fundamental que a valorização dos provos originários seja um objetivo nacional. Diante disso, o Ministério do Meio Ambiente - órgão governamental responsável pelas políticas públicas ambientais - deve ampliar as áreas nas quais a exploração é proibida, por meio da demarcação dos locais onde se encontram os sujeitos ameaçados, a fim de reduzir os conflitos agrários nessas regiões. Ademais, o Ministério da Educação deve promover palestras ministradas por membros desses grupos, visando a formação de estudantes engajados com sua proteção. Após a implementação dessas medidas, a cidadania a qual se refere Milton Santos estará mais próxima de se tornar realidade no Brasil."

1.2.3. Nota 980 – Ingressante AC

Há cinco séculos atrás, durante a colonização brasileira, a metrópole de Portugal mobilizou jesuítas para converterem a população nativa ao cristianismo e aos costumes europeus. Esse apagamento cultural ocorrido no passado não foi, ainda, superado: a cultura dos povos indígenas permanece sendo vista como pouco importante para muitos indivíduos. Esse mesmo cenário atinge outras comunidades, como os quilombolas, os pescadores artesanais e outros povos originários, que são pouco valorizados no território nacional. Para garantir a valorização dessa parcela da população é necessário combater as duas principais causas da problemática: o domínio da razão instrumental e a naturalização do impasse.

Nesse sentido, a baixa importância dada a esses grupos é engendrada pela preponderância de uma lógica que valoriza apenas o capital. Isso ocorre, pois, como defendido pelos filósofos frankfurtianos, a atual etapa do capitalismo é marcada pela instrumentalização da razão, isto é, há uma busca incessante pelo lucro, mesmo que isso

implique consequências negativas para a população. Sob essa ótica, nota-se que muitas empresas de extrativismo mineral, ou vegetal, ao buscarem uma maior área para realizar suas atividades e, assim, maximizar seus ganhos, acabam por ignorar a presença de demarcações dos territórios das comunidades tradicionais. Como consequência disso, o espaço natural desses povos - muitas vezes relacionado a tradições culturais e culinárias - é posto a serviço do sistema econômico, e sua importância cultural é desvalorizada.

Além disso, a desvalorização desses povos é consequência, também, da banalização dessa questão pela mídia. Tal situação ocorre, pois, segundo a filósofa Hannah Arendt, o esvaziamento do pensamento crítico leva à naturalização de determinados problemas. Com base nisso, percebe-se que os canais de divulgação de notícias e informações, ao não abordarem com tanta frequência a necessidade de se valorizar as comunidades tradicionais, acabam por não instigar a reflexão acerca desse tema, o que, por conseguinte, faz com que a população o banalize. Dessa forma, os indivíduos brasileiros são coibidos de adotar uma postura que valorize as características culturais tradicionais do Brasil.

Portanto, o poder público deve garantir a valorização das populações tradicionais da nação. Para impedir a desvalorização das terras desses povos e coibir a banalização dessa questão, o Governo Federal deve, por meio de um projeto nacional de valorização dos povos tradicionais, estipular medidas que assegurem a proteção de terras demarcadas e a discussão acerca do tema. Essas medidas, em detalhe, devem prever a criação de leis que tornem obrigatória a difusão, por meio da mídia, da importância de se valorizar a cultura e os saberes desses grupos e que intensifiquem a proteção das áreas tradicionais. Com isso, tornar-se-á possível superar a desvalorização imposta pelo apagamento cultural promovido pela colonização.

1.2.4. Nota 980 – Ingressante AC

No livro “Cidadão de Papel”, do jornalista Gilberto Dimenstein, denúncias a respeito da ineficácia de diversos mecanismos legais são feitas, o que evidencia uma cidadania presente apenas no papel. Nesse viés, tal premissa é comprovada, no Brasil, em vista a existência de desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais, o que promove uma perda cultural para a nação e a obstrução dos direitos dessa população. Destarte, destaca-se como causa da problemática: o individualismo e o silenciamento midiático.

Em primeiro plano, convém apontar o individualismo hodierno como entrave ao reconhecimento cultural dessas comunidades. Nesse sentido, segundo o filósofo Zygmunt Bauman, em sua tese “Modernidade Líquida”, a contemporaneidade é marcada pela volatilidade das relações sociais: a fragmentação dos laços e o individualismo. Nesse contexto, a realidade bauniana é comprovada, no século XXI, visto que a sociedade brasileira é permeada pelo pensamento individualizado e eurocêntrico, assim rejeita hábitos e saberes dos povos tradicionais - indígenas, ribeirinhos e quilombolas- ao os considerar anti-científicos e populares. Desse modo, os valores individuais, inaceitavelmente, são priorizados aí bem-estar das comunidades tradicionais, pois ficam sujeitas à marginalização social.

Outrossim, é oportuno evidenciar a omissão dos veículos midiáticos como obstáculo à visibilidade e valorização das populações ancestrais. Nessa perspectiva, o sociólogo Karl Marx defende, em sua teoria “Silenciamento dos Discursos”, que alguns assuntos são omitidos, a fim de se ocultar mazelas sociais. Sob esse viés, a passividade midiática na divulgação dos saberes e perante os prejuízos vivenciados por essa parcela social - como os preconceitos e o progressivo esquecimento cultural - impede a exaltação da pluralidade cultural brasileira e promove a marginalização desses povos, o que confirma o pensamento do autor. Dessa maneira, a mídia, embora deseja ser veículo de transformação e informação, ocultava triste realidade enfrentada por essa população e a subjugava ao esquecimento.

Em suma, urge a adoção de medidas que revertam o atual quadro presenciado no Brasil. Visto isso, o Poder Público deve, por meio de parcerias com a iniciativa privada- lançar o Plano Nacional de Valorização Cultural Tradicional, que vise garantir o reconhecimento dos saberes e hábitos das populações ancestrais. Para tanto, tal medida deve incluir na Base Nacional Curricular as disciplinas de cultura, que explorem os saberes tradicionais e culturais, além de promover campanhas nos veículos informacionais que valorizem a diversidade nacional. Assim, os direitos presentes nos mecanismos legais, propostos por Dimenstein, não estarão restritos ao papel.

1.2.5. Nota 960 – Ingressante EP-L1

Na antiga sociedade de Esparta, era comum que culturas distintas desta fossem desprezadas ou reprimidas. A partir disso, criou-se um consenso social por meio do qual somente povos dentro de um padrão espartano fossem legítimos e valorizados. Contemporaneamente, nos parâmetros da nação brasileira, essa questão ainda está presente: apesar de importantes, povos e comunidades tradicionais são vítimas da desvalorização e de desprezo externo. Isso, certamente, configura um desafio, cujas causas estão centradas tanto nos empreendimentos do mercado, quanto na baixa representatividade destinada a essas pessoas.

Primeiramente, é válido ressaltar algumas realizações do mercado como fatores que potencializam a supracitada discussão. Em uma sociedade marcada pelo protagonismo do lucro do setor primário, isto é, aquele a quem é atribuída a responsabilidade pelas exportações agrícola e mineral, é irrefutável que a lógica econômica ganha mais respaldo que a preservação das comunidades tradicionais. Por esse motivo, ao seguir esse raciocínio, o Brasil possui inúmeros casos em que a construção de rodovias e de barragens custa a vida e a conservação de moradores originários e ribeirinhos, como a recente destruição material e imaterial presenciadas por mineradoras, em Brumadinho. Assim, tem-se que a parcela tradicional é colocada em segundo plano, haja vista que suas moradias e os seus costumes são menos prezados em detrimento da razão econômica. Com isso, o empreendimento financeiro permeia uma das causas no que tange ao desafio em análise.

Além disso, é cabível nortear a escassa representatividade dessas populações em torno dos espaços sociais. Embora a brasilidade das músicas de Gilberto Gil revele da diversidade cultural brasileira, ou os versos de canções como as de Fafá de Belém revigorem as pluralidades dos costumes e dos saberes tradicionais, vistos em sua música “Coração vermelho”, tamanha representação sócio-histórica, ainda assim, não é totalmente observada

em outros constructos sociais. Em noticiários ou em situações que perpassam o cotidiano, por exemplo, quase não são vistos apresentadores televisivos de origem quilombola ou um porta-voz do ensino, em escolas, sendo atuado por indígenas. Dentre essas e outras pautas que exemplificam a sua baixa representatividade, o povo tradicional, então, ainda sofre do mesmo mal espartano.

À vista disso, portanto, medidas são necessárias para que se resolva o impasse. É preciso que o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) intermedeie através de uma lei que puna os setores do Mercado quanto às violações acerca desses povos. Isso pode ser feito por meio de parcerias com o setor legislativo e, especificamente, com propagandas televisivas que elucidem a importância das comunidades tradicionais, a fim de que estas sejam valorizadas. Assim, a essas empresas, devem-se cobrar multas que serão doadas a essas pessoas como garantia aos danos a elas cometidos. Além disso, o Estado deve criar leis de inclusão, em escolas e em televisões, obrigando-os a contratarem pessoas tradicionais, por meio de ações jurídicas, a fim de que o desprezo espartano não mais prossiga.

1.2.6. Nota 960 – Ingressante EP-L1

Criada em 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) garante o reconhecimento e preservação dos povos tradicionais brasileiros. Porém, tal norma não é cumprida na prática, uma vez que a população nacional tem preconceito com tais grupos e há a exploração da natureza em áreas que habitam tais indivíduos. Dessa forma, nota-se os desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil.

Em primeiro plano, o preconceito do povo tupiniquim com comunidades tradicionais é um desafio para a valorização destes. Durante o Brasil Colonial, diversos grupos de indígenas foram exterminados, pois os portugueses acreditavam que tal parcela da população não era útil para trabalhar e dar “progresso” à colônia. No mundo hodierno, esse pensamento ainda perdura, em que comunidades de índios e quilombolas são vítimas de preconceito e de racismo, vindos de seres humanos que acreditam que tais grupos não ajudam no desenvolvimento da nação e, por isso, não devem ser respeitados. Diante disso, o desrespeito com indígenas e quilombolas é um desafio que impede a valorização de tais sujeitos, já que suas culturas são vistas como erradas para o progresso nacional, o que ocasiona na não preservação de povos tradicionais no Brasil. Sendo assim, o preconceito do brasileiro com as comunidades tradicionais ocasiona uma desvalorização destas.

Ademais, outro pilar que sustenta o problema é a exploração de recursos naturais em áreas de comunidades e povos históricos. Isso pode ser observado no filme “The Lorax”, no qual Once-Lear desmata uma área onde viviam diversos seres, com o intuito de ganhar mais dinheiro, deixando-os sem lugar. Fora das telas, essa cena é observada no cotidiano, em que grandes garimpeiros expulsam determinado povo indígenas da Floresta Amazônica, para conseguirem extrair metais preciosos e madeira, o que faz com que tal contingente demográfico fique sem abrigo e comida – fatores essenciais para garantir uma vida digna. Nesse sentido, os povos tradicionais são desvalorizados, porque o local de origem está devastado, o que dificulta na preservação da cultura e, conseqüentemente, na valorização da comunidade. Desse modo, a extração de recursos na natureza em áreas de populações

tradicionais dificulta na valorização de tal povo no Brasil, visto que a cultura também é afetada.

Portanto, para resolver o imbróglio, alguma medida deve ser tomada. Cabe, então, ao Governo Federal – órgão responsável pela administração da nação – preservar áreas de comunidade e povos tradicionais por meio da proibição de exploração de recursos naturais em lugares com tais indivíduos, a fim de garantir a cultura e, por conseguinte, a valorização de tal parcela. Além disso, é importante que as pessoas desconstruam os seus preconceitos sobre as populações históricas. Com isso, conseguir-se-á enfrentar os desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil e cumprir a PNPCT.

1.2.7. Nota 940 – Ingressante AC

" O livro ""Admirável Mundo Novo"" retrata um mundo futurista e globalizado, no qual existem reservas de remanescentes de povos tradicionais, isoladas. Nelas, tais povos exercem suas ""arcaicas"" práticas culturais. Quando o personagem referido como ""selvagem"" é levado de uma das reservas à civilização - ou seja, à cidade - há um choque de valores. Diante de uma realidade completamente diferente da sua, seus hábitos e valores entram em conflito com a modernidade. Nesse mundo que não fora feito para ele, inicia-se sua degradação moral. No Brasil, as comunidades e os povos tradicionais também são marginalizados da sociedade. Existem desafios a serem superados para tais populações serem valorizadas. Dentre eles, há os estigmas atribuídos a elas e o atual desenvolvimento econômico predatório.

Nesse sentido, há de se discutir acerca desses estigmas. Para o filósofo Byung-Chul-Han, a sociedade contemporânea é marcada pelo culto à produtividade (como se o trabalho fosse algo sagrado). No entanto, os povos tradicionais são, no geral, alheios a essa lógica. Eles vivem em harmonia com a natureza e produzem apenas o necessário para viverem bem. Dessa forma, eles são vistos, pela sociedade como um todo, como seres ""preguiçosos"", que não gostam de trabalhar - preconceito que é comumente disseminado nas redes sociais, por exemplo.

Além disso, deve-se comentar sobre o nocivo modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Na Amazônia, há uma disputa de territórios entre o agronegócio - que avança cada vez mais na região - e as reservas das comunidades tradicionais. O agronegócio, sob uma perspectiva utilitarista, busca tomar posse de tais terras consideradas ""improdutivas"" para torná-las rentáveis - o que garantiria o ""bem-estar"" da nação, segundo essa ideia. Enquanto isso, as populações nativas lutam para sobreviverem - uma vez que acabam sendo assassinadas nesse entrave, como mostram dados do ""G1"". Logo, em um país em que a economia vale mais do que vidas humanas, não há como tais povos serem valorizados.

Portanto, o Brasil tem de superar esses desafios. Para combater os estigmas atribuídos a essas populações, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, deve implantar aulas (na agenda escolar) que discorram sobre tais comunidades e povos. Em detalhe, essas aulas seriam aplicadas de forma obrigatória e mostrariam a importância dessas comunidades à identidade cultural brasileira. Ademais, para mudar essa lógica de desenvolvimento econômico predatória, o Estado deve garantir o direito à vida e à terra

desses povos. Somente assim eles, um dia, poderão ter o reconhecimento que merecem e sentir um pertencimento a essa modernidade."

1.2.8. Nota 940 – Ingressante AC

Em 1500, com a chegada dos portugueses nas Américas, deu-se início a um choque de culturas derivado da divergência de costumes dos povos autóctones e dos europeus, os quais acreditavam que o povo daquela terra era inferior a eles. Analogamente a isso, nos dias atuais, existe uma desvalorização dos povos tradicionais no Brasil, convergindo as etnocentrismo de Período Colonial. Nessa perspectiva, nota-se que a ausência de políticas públicas e o conteúdo ensinado nas escolas brasileiras são as principais causas para a manutenção da desvalorização dos povos tradicionais do Brasil.

Em primeira análise, vale ressaltar que, no país, há uma negligência governamental na preservação dos povos tradicionais, os quais perdem os seus meios de sobrevivência para o avanço do capitalismo. Sob essa ótica, os indígenas, povo tradicional brasileiro, todos os dias, perdem os seus territórios para o avanço da agropecuária, por exemplo, resultando no desaparecimento desses povos e de suas culturas. Nesse viés, verifica-se que a falta de planejamento governamental que garantam a continuidade dessas comunidades em suas terras está atrelada ao pensamento capitalista, no qual somente o lucro é visado. Consoante a isso, é possível traçar um paralelo entre o conceito de "Política de Eufemismos", da antropóloga Lilia Moritz, e a problemática, uma vez que para a socióloga, no Brasil, certas questões são suavizadas e não recebem a atenção que lhes é devida, o que é observado na ausência de leis que visam preservar esses povos, os quais possuem papel essencial na formação cultural do país, tendo em vista os conhecimentos únicos perpetuados nessas comunidades.

Além disso, é válido destacar que o currículo educacional brasileiro prioriza ensinar aos estudantes a diversidade dos povos estrangeiros, corroborando com a desvalorização desses povos nacionais. De acordo com o filósofo Immanuel Kant, o homem é o reflexo do que a educação faz dele. Nessa lógica, a falta de importância dada às comunidades tradicionais pela sociedade brasileira é explicada pela ausência de conhecimento sobre elas, tendo em vista a lógica etnocêntrica da grade educacional nacional, em que os povos estrangeiros, como os europeus, possuem maior destaque nas aulas do que a tradicionalidade de certas comunidades.

Em síntese, é necessário combater esses desafios para a valorização dos povos tradicionais no país. Portanto, o Governo Federal deve, por meio da criação de novas leis, garantir a proteção dessas comunidades de ataques que possam interferir na autonomia delas, visando a continuidade das tradições desses povos. Ademais, cabe ao Ministério da Educação reformular a grade de conteúdos ensinados nas escolas, por meio de uma atualização do currículo, objetivando proporcionar aos estudantes o conhecimento acerca dos povos tradicionais do próprio país, além de garantir o combate à desvalorização desses marcos culturais através das aulas. Somente assim, uma sociedade respeitosa à diversidade de povos de sua nação e que valoriza todas elas será criada, acabando com a perspectiva colonial de superioridade de povos e costumes.

1.2.9. Nota 880 – Ingressante PPI-L2

Conhecida como “cidadã”, por ter sido promulgada durante o processo de redemocratização do Brasil, a Constituição de 1988 tem por objetivo a garantia de direitos a todos os indivíduos e grupos em solo nacional. Sob essa perspectiva, é fulcral atentarmos para os desafios para os desafios enfrentados na valorização de povos tradicionais e comunidades no Brasil. Para isso, pode-se observar que o cerne dessa problemática está em métodos de transmissão de conhecimento desatualizados e, também, de uma precária valorização e um baixo reconhecimento do Estado diante da pluralidade de povos tradicionais e comunidades brasileiros.

Diante desse cenário, transmitir conhecimentos corretamente é um passo importante no processo de valorização da sociobiodiversidade brasileira. Segundo Mário Sérgio Cortella, pensador brasileiro, os alunos do século XXI são ensinados com os métodos do século XIX. Nessa perspectiva, vê-se que a forma como é transmitido o conhecimento, em especial o de povos e comunidades tradicionais no Brasil, enfrenta um desafio temporal metodológico. Além disso, o processo de valorização dos diversos povos e grupos no País não pode avançar enquanto os métodos de ensino não conseguem abranger toda a diversidade de povos e comunidades, é suas idiossincrasias, na atualidade. Sendo assim, urge uma atualização dos métodos de ensino.

Outrossim, uma atuação estatal ineficiente também se apresenta como uma das causas do problema. Nesse contexto, uma pesquisa do G1 pontuou que, no ano de 2022, ainda existem diversos povos não incluídos na legislação brasileira. Diante disso, valorizar comunidades e povos tradicionais, em território nacional, ainda se perpetua como um desafio, tendo em vista que, para o Estado, estes povos permanecem em um estado de invisibilidade.

Inferre-se, portanto, que o Ministério Público, através de novos métodos de transmissão do conhecimento, a exemplo de novos livros e materiais escolares, efetua uma disseminação de conhecimento correta e atualizada sobre os povos e comunidades do Brasil. Diante dessa intervenção estatal, estaremos mais próximos de superar os desafios nesse processo de valorização de toda a diversidade brasileira.

Dúvidas sobre a cartilha:

Guilherme: @guilhermeladeia

Rafa: @rafaellmed

Renan: @renanvailante

Joaquim: @joaquim._cavalcante

Júlia: @bjuus_

Matheus: @matheussvirgilio

Pietro: @pietropadredi

Frizzera: @jhsfrizzera

Emily: @_eimily

João: @_jpedrosantana

Paulo: @_paulo.vico

Murilo: @simoncelli_murilo